

**Araken de Assis**

---

**MANUAL  
DA  
EXECUÇÃO**

**17.<sup>a</sup> edição**  
**revista, atualizada e ampliada**

THOMSON REUTERS  
**REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™**

Araken de Assis

**MANUAL DA EXECUÇÃO**

17.ª edição

revista, atualizada e ampliada

Sob o título *Manual do Processo de Execução*: 1.ª edição: 1987 – 2.ª edição: 1995 – 3.ª edição: 1996 – 4.ª edição: 1997 – 5.ª edição: 1998 – 6.ª edição: 2000 – 7.ª edição: 2001 – 8.ª edição: 2002.

Sob o título *Manual da Execução*: 1.ª tiragem: março de 2005; 2.ª tiragem: julho de 2005 – 10.ª edição: 1.ª tiragem: agosto de 2006; 2.ª tiragem: setembro de 2006 – 11.ª edição: 1.ª tiragem: março de 2007; 2.ª tiragem: abril de 2007; 3.ª tiragem: setembro de 2007; 4.ª tiragem: março de 2008 – 12.ª edição: 2009 – 13.ª edição: 2010 – 14.ª edição: março de 2012 – 15.ª edição: outubro de 2012 – 16.ª edição, 1.ª tiragem: agosto 2013; 2.ª tiragem: agosto de 2014.



© desta edição  
[2015]

**EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.**

MARISA HARMS  
*Diretora responsável*

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda  
Tel. 11 3613-8400 – Fax 11 3613-8450  
CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT  
(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)

Tel. 0800-702-2433

e-mail de atendimento ao consumidor:

sac@rt.com.br

Visite o nosso site:

www.rt.com.br

Impresso no Brasil

[12-2014]

Universitário [complementar]

Fechamento desta edição

[28.11.2014]



ISBN 978-85-203-5914-3

## SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| NOTA PRÉVIA À 17. <sup>a</sup> EDIÇÃO ..... | 9  |
| NOTA PRÉVIA À 16. <sup>a</sup> EDIÇÃO ..... | 11 |
| NOTA PRÉVIA À 15. <sup>a</sup> EDIÇÃO ..... | 13 |
| NOTA PRÉVIA À 14. <sup>a</sup> EDIÇÃO ..... | 15 |
| NOTA PRÉVIA À 13. <sup>a</sup> EDIÇÃO ..... | 17 |
| NOTA PRÉVIA À 12. <sup>a</sup> EDIÇÃO ..... | 19 |
| NOTA PRÉVIA À 11. <sup>a</sup> EDIÇÃO ..... | 21 |
| NOTA PRÉVIA À 10. <sup>a</sup> EDIÇÃO ..... | 25 |
| NOTA PRÉVIA À 9. <sup>a</sup> EDIÇÃO .....  | 27 |
| NOTA PRÉVIA À 8. <sup>a</sup> EDIÇÃO .....  | 29 |
| NOTA PRÉVIA À 7. <sup>a</sup> EDIÇÃO .....  | 31 |
| NOTA PRÉVIA À 6. <sup>a</sup> EDIÇÃO .....  | 33 |
| LISTA DE ABREVIATURAS .....                 | 79 |

### TÍTULO I

#### FUNÇÃO EXECUTIVA EM GERAL

##### 1. NOÇÕES PRELIMINARES DA EXECUÇÃO

###### § 1.º Classificação das Ações

|  |     |
|--|-----|
| 1. Noções prévias: causa e funções da jurisdição .....       | 81  |
| 2. Limites políticos e práticos da função executiva .....    | 86  |
| 2.1 Critérios classificatórios da ação .....                 | 87  |
| 2.2 Eficácia principal e eficácias secundárias da ação ..... | 88  |
| 3. Eficácias da sentença e satisfação .....                  | 89  |
| 3.1 Eficácia declaratória .....                              | 91  |
| 3.2 Eficácia constitutiva .....                              | 93  |
| 3.3 Eficácia condenatória .....                              | 94  |
| 3.4 Eficácia mandamental .....                               | 99  |
| 3.5 Eficácia executiva .....                                 | 102 |

###### § 2.º Do Ato Executivo

|   |     |
|---|-----|
| 4. Natureza do ato executivo .....                      | 104 |
| 5. Classificação dos atos executivos .....              | 107 |
| 6. Cumprimento do ato executivo .....                   | 108 |
| 6.1 Extensão dos poderes do juiz no ato executivo ..... | 109 |
| 6.2 Requisição da força pública .....                   | 111 |
| 7. Documentação do ato executivo .....                  | 112 |

###### § 3.º Princípios da Função Executiva

|   |     |
|---|-----|
| 8. Princípios fundamentais da execução .....  | 113 |
| 9. Princípio da autonomia .....   | 115 |
| 10. Princípio do título .....   | 117 |
| 11. Princípio da responsabilidade patrimonial .....                                       | 119 |
| 12. Princípio do resultado .....  | 119 |
| 13. Princípio da disponibilidade .....  | 120 |
| 14. Princípio da adequação .....  | 126 |
| <b>§ 4.º Processo de Execução e Execução Sincrética</b>                                   |     |
| 15. Execução autônoma .....   | 126 |
| 15.1 Precisão terminológica .....   | 126 |
| 15.2 “Condições” da ação executória .....   | 127 |
| 16. Natureza da função jurisdicional executiva .....                                      | 130 |
| 17. Execução incidente .....  | 132 |
| 17.1 Execução dos efeitos executivo imediato e mandamental antecipados .....              | 135 |
| 17.2 Execução do efeito executivo mediato antecipado .....                                | 139 |
| 17.2.1 Processamento da execução .....  | 139 |
| 17.2.2 Execução e o <i>procedural due process</i> .....                                   | 140 |
| 17.2.3 Natureza provisória da execução .....  | 141 |
| 17.2.4 Execução das prestações pecuniárias, em geral, e dos alimentos indenizativos ..... | 141 |
| 17.2.5 Execução das prestações de dar .....   | 143 |
| 17.2.6 Execução das prestações <i>faciendi</i> .....                                      | 144 |
| 17.2.7 Meios de reação do executado e de terceiros .....                                  | 145 |
| <b>2. MEIOS TÉCNICOS DA FUNÇÃO EXECUTIVA</b>  |     |
| <b>§ 5.º Espécies de Execução</b>   |     |
| 18. Encadeamento dos atos executivos .....  | 148 |
| <b>§ 6.º Execução Indireta</b>  |     |
| 19. Meios executórios de coerção .....  | 152 |
| 19.1 Coerção patrimonial .....  | 155 |
| 19.2 Coerção pessoal .....  | 156 |
| <b>§ 7.º Execução Direta</b>  |     |
| 20. Meios executórios de sub-rogação .....  | 157 |
| 20.1 Meio do desapossamento .....   | 157 |
| 20.2 Meio da transformação .....  | 158 |
| 20.3 Meio da expropriação .....   | 158 |
| 20.3.1 Meio do desconto .....   | 159 |
| 20.3.2 Meio da adjudicação .....  | 159 |
| 20.3.3 Meio da alienação por iniciativa particular .....                                  | 159 |
| 20.3.4 Meio da alienação por hasta pública .....  | 159 |
| 20.3.5 Meio do usufruto .....   | 160 |

## 3. PRESSUPOSTOS NECESSÁRIOS PARA TODA E QUALQUER EXECUÇÃO

|   |     |
|---|-----|
| 21. Questão de ordem: a localização dos “pressupostos necessários” no sistema processual e seu cabimento..... | 161 |
| <b>§ 8.º Título Executivo</b>   |     |
| 22. Natureza do título executivo.....   | 164 |
| 23. Eficácia do título executivo.....   | 168 |
| 23.1 Posição do exequente .....   | 168 |
| 23.2 Posição do Estado .....  | 169 |
| 23.3 Posição do executado.....  | 169 |
| 24. Conteúdo do título executivo .....  | 170 |
| 24.1 Identificação das partes.....  | 170 |
| 24.2 Identificação do resultado.....  | 170 |
| 24.3 Limitação da responsabilidade.....   | 171 |
| 25. Caracteres do título executivo .....  | 171 |
| 25.1 Certeza do título .....  | 172 |
| 25.2 Liquidez do título .....   | 173 |
| 25.3 Exigibilidade do título .....  | 174 |
| 26. Forma do título executivo.....  | 174 |
| <b>§ 9.º Espécies de Títulos Executivos</b>   |     |
| 27. Título executivo judicial .....   | 178 |
| 27.1 Sentença condenatória proferida no processo civil.....   | 179 |
| 27.2 Sentença penal condenatória .....  | 184 |
| 27.3 Sentença homologatória de transação e de conciliação .....   | 187 |
| 27.4 Sentença estrangeira homologada.....   | 189 |
| 27.5 Formal ou certidão de partilha .....   | 190 |
| 27.6 Sentença arbitral .....  | 191 |
| 27.7 Acordo extrajudicial homologado.....   | 193 |
| 28. Título executivo extrajudicial.....   | 194 |
| 28.1 Letra de câmbio, nota promissória, debênture, duplicata e cheque.....                                    | 194 |
| 28.1.1 Letra de câmbio.....   | 195 |
| 28.1.2 Nota promissória.....  | 195 |
| 28.1.3 Duplicata.....   | 196 |
| 28.1.4 Cheque.....  | 198 |
| 28.1.5 Debênture.....   | 200 |
| 28.2 Instrumento público ou particular de confissão de dívida .....   | 200 |
| 28.2.1 Instrumento público .....  | 201 |
| 28.2.2 Instrumento particular.....  | 202 |
| 28.2.3 Transação referendada.....   | 204 |
| 28.3 Contratos de caução e seguro de vida.....  | 205 |
| 28.4 Foro e laudêmio .....  | 206 |

|   |  |     |
|---|--|-----|
| 28.5  | Aluguel de imóvel e encargos .....                                     | 207 |
| 28.6  | Custas, emolumentos e honorários de auxiliares do juízo .....          | 209 |
| 28.7  | Certidão da dívida ativa da Fazenda Pública .....                      | 210 |
| 28.8  | Títulos previstos em leis extravagantes.....                           | 210 |
| 28.9  | Título extrajudicial estrangeiro.....                                  | 213 |
| <b>§ 10.º Inadimplemento</b>                    |  |     |
| 29.   | Fato constitutivo da demanda executória .....                          | 214 |
| 30.   | Causas e efeitos do inadimplemento.....                                | 215 |
| 30.1  | Causa do inadimplemento .....  | 216 |
| 30.2  | Efeitos do inadimplemento.....   | 216 |
| 30.2.1  | Inadimplemento absoluto .....  | 217 |
| 30.2.2  | Inadimplemento relativo.....   | 217 |
| 30.2.3  | Inadimplemento antecipado .....  | 218 |
| 30.2.4  | Adimplemento ruim.....   | 219 |
| 31.   | Momento e prova do inadimplemento na demanda executória.....           | 220 |
| 31.1  | Prova do implemento do termo ( <i>mora ex persona</i> ).....           | 220 |
| 31.2  | Prova do implemento da condição.....                                   | 221 |
| 31.3  | Prova do implemento do prazo de espera.....                            | 222 |
| 32.   | Inadimplemento das obrigações bilaterais.....                          | 228 |
| 32.1  | Controle da inicial .....  | 229 |
| 32.2  | Prazo da suspensão .....   | 230 |
| 32.3  | Despesas e honorários.....   | 230 |
| 33.   | Consequências da falta do inadimplemento e adimplemento ulterior ..... | 230 |
| 34.   | Tempo e forma da oposição do executado .....                           | 231 |
| <b>4. INSTITUTOS GERAIS DA FUNÇÃO EXECUTIVA</b> |  |     |
| <b>§ 11.º Responsabilidade Patrimonial</b>      |  |     |
| 35.   | Conceito e natureza da responsabilidade patrimonial do executado.....  | 232 |
| 36.   | Responsabilidade patrimonial primária e secundária .....               | 237 |
| 36.1  | Casos especiais de responsabilidade primária.....                      | 238 |
| 36.1.1  | Bens do devedor na posse de terceiros.....                             | 238 |
| 36.1.2  | Bens do devedor alienados ou gravados em fraude contra a execução..    | 240 |
| 36.2  | Responsabilidade do sucessor a título singular .....                   | 240 |
| 36.3  | Responsabilidade do sócio .....  | 241 |
| 36.3.1  | Fundamento da responsabilidade do sócio.....                           | 241 |
| 36.3.2  | Benefício de ordem do sócio .....                                      | 244 |
| 36.4  | Responsabilidade do cônjuge.....                                       | 245 |
| 37.   | Limitações da responsabilidade patrimonial do obrigado.....            | 245 |
| 38.   | Classificação da impenhorabilidade.....                                | 246 |
| 38.1  | Impenhorabilidade material absoluta .....                              | 248 |
| 38.2  | Impenhorabilidade material relativa .....                              | 249 |

|  |   |     |
|--|---|-----|
| 38.2.1   | Regime da comunhão parcial .....  | 251 |
| 38.2.2   | Regime da comunhão universal .....  | 251 |
| 38.2.3   | Regime da separação total .....   | 252 |
| 38.2.4   | Regime dotal .....  | 252 |
| 38.2.5   | Regime de participação final nos aquestos .....   | 252 |
| 38.3   | Impenhorabilidade processual absoluta .....   | 253 |
| 38.4   | Impenhorabilidade processual relativa .....   | 253 |
| 39.  | Princípios da impenhorabilidade .....   | 253 |
| 39.1   | Tipicidade da impenhorabilidade .....   | 254 |
| 39.2   | Disponibilidade da impenhorabilidade .....  | 255 |
| 40.  | Bens de penhorabilidade controvertida .....   | 257 |
| 40.1   | Penhorabilidade dos bens hipotecados, empenhados e anticréticos .....   | 257 |
| 40.2   | Penhorabilidade das cotas sociais .....   | 258 |
| 40.3   | Penhorabilidade do telefone .....   | 260 |
| 40.4   | Penhorabilidade das próteses .....  | 261 |
| 40.5   | Outros bens e a impenhorabilidade dos alimentos .....   | 261 |
| Subseção I – Impenhorabilidade absoluta .....  |   | 262 |
| 41.  | Natureza e finalidade do benefício de competência .....   | 262 |
| 42.  | Limites positivos do benefício de competência .....   | 263 |
| 42.1   | Bens inalienáveis .....   | 263 |
| 42.2   | Seguro de vida .....  | 263 |
| 42.3   | Recursos públicos com destinação social .....   | 264 |
| 42.4   | Depósitos em caderneta de poupança .....  | 265 |
| 42.5   | Recursos públicos do fundo partidário .....   | 266 |
| Subseção II – Impenhorabilidade relativa ..... |   | 267 |
| 43.  | Limites positivos da impenhorabilidade relativa .....   | 267 |
| 43.1   | Pacto de impenhorabilidade .....  | 267 |
| 43.2   | Impenhorabilidade relativa dos bens domésticos .....  | 267 |
| 43.3   | Impenhorabilidade relativa dos bens pessoais .....  | 269 |
| 43.4   | Impenhorabilidade relativa da remuneração da pessoa natural .....   | 270 |
| 43.5   | Livros, máquinas, ferramentas, utensílios e instrumentos necessários ou úteis ao exercício de profissão ..... | 273 |
| 43.6   | Materiais de obras em andamento .....   | 276 |
| 43.7   | Impenhorabilidade relativa de frutos e rendimentos dos bens inalienáveis .....                                | 276 |
| 43.8   | Impenhorabilidade relativa das imagens e objetos de culto religioso .....                                     | 277 |
| 43.9   | Impenhorabilidade relativa de outros bens do executado em caso de direito de retenção do credor .....         | 278 |
| 43.10  | Impenhorabilidade relativa da pequena propriedade rural e da sede da moradia .....                            | 279 |
| 43.11  | Impenhorabilidade relativa do bem de família .....  | 280 |
| 43.11.1  | Origem e evolução da impenhorabilidade do bem de família e da   |     |

|   |     |
|---|-----|
| residência familiar.....  | 281 |
| 43.11.2 Fundamento da impenhorabilidade da residência familiar.....   | 285 |
| 43.11.3 Objeto da impenhorabilidade da residência familiar.....   | 286 |
| 43.11.3.1 Impenhorabilidade do prédio.....  | 286 |
| 43.11.3.2 Impenhorabilidade do conteúdo.....  | 292 |
| 43.11.4 Beneficiários da impenhorabilidade da residência familiar.....  | 294 |
| 43.11.5 Exceções à impenhorabilidade da residência familiar.....  | 296 |
| 43.11.5.1 Crédito dos trabalhadores residenciais.....   | 297 |
| 43.11.5.2 Crédito do financiador da residência.....   | 298 |
| 43.11.5.3 Crédito alimentar.....  | 298 |
| 43.11.5.4 Crédito tributário, preço público e despesas condomi-<br>nais.....  | 298 |
| 43.11.5.5 Crédito hipotecário.....  | 299 |
| 43.11.5.6 Crédito resultante da sentença penal condenatória.....  | 300 |
| 43.11.5.7 Crédito decorrente de fiança locatícia.....   | 300 |
| Subseção III – Invalidação da penhora.....  | 302 |
| 44. Invalidade da constrição pela impenhorabilidade do bem.....   | 302 |
| 45. Direito intertemporal em matéria de impenhorabilidade.....  | 303 |
| <b>§ 12.º Fraude na Execução</b>  |     |
| 46. Fraude à execução e responsabilidade patrimonial.....   | 304 |
| 47. Requisitos da fraude contra o processo executivo.....   | 308 |
| 47.1 Litispendência como elemento da fraude.....  | 308 |
| 47.2 Frustração do meio executório como elemento da fraude.....   | 310 |
| 48. Tipicidade da fraude contra o processo executivo.....   | 311 |
| 48.1 Pendência de ação fundada em direito real.....   | 313 |
| 48.2 Pendência de ação capaz de reduzir o devedor ao estado de insolvência.....   | 314 |
| 48.3 Pendência da ação executória e da ação cautelar. Alienação dos bens penhora-<br>dos, arrestados ou sequestrados..... | 315 |
| 48.4 Transferência da impenhorabilidade da residência familiar.....   | 321 |
| 48.5 Demais casos de fraude.....  | 322 |
| 48.5.1 Fraude na execução fiscal.....   | 322 |
| 48.5.2 Fraude após a averbação do ajuizamento.....  | 323 |
| 49. Procedimento e efeitos da declaração de existência da fraude contra o processo exe-<br>cutivo.....                    | 324 |
| <b>§ 13.º Obrigações e Execução</b>   |     |
| 50. Título executivo e obrigação.....   | 326 |
| 51. Classificação das obrigações na lei processual.....   | 327 |
| 51.1 Obrigações líquidas e ilíquidas.....   | 331 |
| 51.2 Obrigações conjuntivas e alternativas.....   | 331 |
| 51.3 Obrigações condicionais e a termo.....   | 333 |
| 51.4 Obrigações divisíveis e indivisíveis.....  | 333 |



**§ 14.º Liquidação do Título Judicial**

|   |     |
|---|-----|
| 52. Ação de liquidação de título judicial.....                                | 334 |
| 52.1 Causa da liquidação.....   | 334 |
| 52.1.1 Proibição da condenação genérica.....                                  | 335 |
| 52.1.2 Liquidez e espécies de obrigação.....                                  | 337 |
| 52.1.3 Casos de liquidação obrigatória.....                                   | 338 |
| 52.1.4 Liquidação e título extrajudicial.....                                 | 338 |
| 52.2 Natureza da liquidação.....  | 339 |
| 52.3 Liquidação e inexistência da obrigação.....                              | 341 |
| 53. Pressupostos processuais na liquidação.....                               | 341 |
| 54. Legitimidade ativa e passiva na ação de liquidação.....                   | 343 |
| 55. Resultado prático da ação de liquidação: procedência e improcedência..... | 344 |
| 55.1 Coisa julgada resultante da liquidação.....                              | 344 |
| 55.2 Correção do erro material.....   | 345 |
| 55.3 Renovação da liquidação.....   | 346 |
| 55.4 Sucumbência na liquidação.....   | 347 |
| 56. Execução da parte líquida e liquidação da parte ilíquida do título.....   | 347 |
| 57. Liquidação e espécies de execução.....                                    | 348 |
| 58. Procedimentos da ação de liquidação de título judicial.....               | 349 |
| 58.1 Liquidação por cálculo.....  | 349 |
| 58.1.1 Natureza da liquidação por cálculo.....                                | 349 |
| 58.1.2 Liquidação por cálculo e execução por quantia certa.....               | 354 |
| 58.1.3 Casos de liquidação por cálculo.....                                   | 355 |
| 58.1.4 Requisitos da planilha.....  | 356 |
| 58.1.5 Recursos cabíveis.....   | 358 |
| 58.2 Liquidação por arbitramento.....   | 359 |
| 58.3 Liquidação por artigos.....  | 361 |
| 58.4 Princípio da fidelidade ao título.....                                   | 363 |

**§ 15.º Cumulação de Execuções**

|  |     |
|--|-----|
| 59. Natureza e efeitos da cumulação de execuções.....            | 365 |
| 60. Requisitos da cumulação inicial de execuções.....            | 367 |
| 60.1 Identidade de partes.....                                   | 367 |
| 60.2 Identidade de competência.....                              | 367 |
| 60.3 Identidade de meios executórios.....                        | 368 |
| 61. Inadmissibilidade da cumulação e suas consequências.....     | 369 |
| 62. Cumulação sucessiva. Execuções simultâneas e sucessivas..... | 370 |

**§ 16.º Cumprimento por Iniciativa do Obrigado**

|   |     |
|---|-----|
| 63. Natureza da “execução” por iniciativa do obrigado.....      | 371 |
| 64. Procedimento do cumprimento por iniciativa do obrigado..... | 373 |
| 64.1 Cabimento do cumprimento voluntário.....                   | 373 |

|   |  |     |
|---|--|-----|
| 64.2  | Legitimidade de terceiro.....                                    | 373 |
| 64.3  | Pressupostos processuais e competência .....                     | 374 |
| 64.4  | Intimação do credor.....   | 374 |
| 64.5  | Efeitos do depósito.....   | 374 |
| 64.6  | Resolução do incidente .....                                     | 374 |
| <b>§ 17.º Execução Provisória</b>                           |  |     |
| 65.   | Fundamentos da execução provisória de título judicial .....      | 375 |
| 65.1  | Caráter definitivo da execução de título extrajudicial .....     | 377 |
| 65.2  | Particularidades da execução definitiva de título judicial ..... | 378 |
| 65.3  | Particularidades da execução provisória de título judicial ..... | 380 |
| 66.   | Princípios da execução provisória.....                           | 383 |
| 66.1  | Escolha do meio executório.....                                  | 384 |
| 66.2  | Responsabilidade objetiva do credor .....                        | 384 |
| 66.3  | Pressupostos da satisfação do exequente .....                    | 386 |
| 66.4  | Restituição ao estado prístino .....                             | 390 |
| 67.   | Procedimento da execução provisória .....                        | 392 |
| 67.1  | Oportunidade da execução provisória .....                        | 392 |
| 67.2  | Autos da execução provisória .....                               | 393 |
| 67.3  | Prestação de caução .....  | 395 |
| 67.4  | Extinção da execução provisória .....                            | 396 |
| 67.5  | Cabimento da impugnação do executado.....                        | 397 |
| <b>§ 18.º Medidas Cautelares e Satisfativas na Execução</b> |  |     |
| 68.   | Função cautelar incidente no processo executivo .....            | 397 |
| 69.   | Momento e procedimento das medidas antecipatórias.....           | 400 |
| <b>§ 19.º Responsabilidade do Exequente</b>                 |  |     |
| 70.   | Responsabilidade do exequente no processo executivo.....         | 401 |
| 70.1  | Natureza da responsabilidade .....                               | 402 |
| 70.2  | Requisitos de incidência da regra.....                           | 402 |
| 70.3  | Extensão da responsabilidade perante terceiros .....             | 404 |
| 70.4  | Efeitos da incidência .....                                      | 404 |
| <b>§ 20.º Comportamento Processual do Executado</b>         |  |     |
| 71.   | Lealdade processual no processo executivo.....                   | 405 |
| 72.   | Tipicidade do comportamento processual .....                     | 407 |
| 73.   | Efeitos da deslealdade do executado.....                         | 410 |

## TÍTULO II

**RELAÇÃO PROCESSUAL EXECUTIVA**  
**5. PRESSUPOSTOS GERAIS DA RELAÇÃO**

|   |     |
|---|-----|
| Seção I – Noções gerais .....                           | 413 |
| <b>§ 21.º Pressupostos Processuais</b>                  |     |
| 74. Pressupostos processuais e demanda executória ..... | 413 |

|   |     |
|---|-----|
| 75. Conceito de pressupostos processuais .....  | 415 |
| 76. Classificação dos pressupostos processuais .....  | 417 |
| 77. Controle dos pressupostos processuais.....  | 418 |
| 77.1 Oportunidade de controle dos pressupostos processuais .....  | 418 |
| 77.2 Ônus da prova no controle dos pressupostos processuais.....  | 419 |
| Seção II – Dos pressupostos processuais subjetivos do juízo.....  | 420 |
| <b>§ 22.º Jurisdição</b>  |     |
| 78. Existência de jurisdição e processo executivo .....   | 420 |
| 78.1 Órgãos especiais de jurisdição .....   | 421 |
| 78.2 Natureza do ato jurisdicional.....   | 421 |
| 79. Limites e controle da jurisdição no processo executivo.....   | 422 |
| <b>§ 23.º Competência</b>   |     |
| 80. Competência e processo executivo .....  | 424 |
| 80.1 Massa de lides e sua distribuição .....  | 424 |
| 80.2 Conceito de competência.....   | 425 |
| 80.3 Identificação dos órgãos jurisdicionais .....  | 426 |
| 80.4 Enumeração dos dados utilizados para vincular a lide ao órgão .....                                | 426 |
| 80.5 Provocação do processo e problema de competência .....   | 426 |
| 80.6 Espécies de competência.....   | 427 |
| 81. Competência na execução fundada em título judicial .....  | 428 |
| 81.1 Execução do título produzido nas causas de competência originária do segundo grau .....            | 428 |
| 81.2 Execução do título produzido nas causas de competência do primeiro grau.....                       | 430 |
| 81.3 Execução do título produzido no juízo arbitral.....  | 432 |
| 81.4 Execução do título produzido no juízo penal.....   | 433 |
| 81.5 Execução da sentença estrangeira homologada .....  | 434 |
| 82. Competência na execução fundada em título extrajudicial.....  | 434 |
| 82.1 Competência geral na execução de título extrajudicial .....  | 435 |
| 82.1.1 Competência interna.....   | 435 |
| 82.1.2 Competência internacional.....   | 436 |
| 82.2 Competência na execução baseada em certidão da dívida ativa .....                                  | 437 |
| 82.3 Competência na execução coletiva .....   | 439 |
| 83. Competência nos processos incidentais, concurso de preferências e modificações da competência ..... | 439 |
| 84. Controle da competência. Exceção de incompetência.....  | 441 |
| 84.1 Cabimento da exceção nas execuções individual e coletiva .....                                     | 441 |
| 84.2 Momento e forma da exceção de incompetência.....   | 441 |
| 84.3 Exceção autônoma e por via de embargos .....   | 442 |
| 84.4 Procedimento e efeito da exceção .....   | 443 |
| <b>§ 24.º Imparcialidade</b>  |     |
| 85. Imparcialidade do juiz na execução .....  | 443 |

|  |     |
|--|-----|
| 86. Causas de frustração da imparcialidade .....   | 445 |
| 87. Controle da imparcialidade. Exceção de impedimento ou suspeição .....                    | 446 |
| 87.1 Cabimento da exceção. Auxiliares do juízo .....   | 446 |
| 87.2 Momento e forma da exceção de impedimento ou suspeição .....                            | 446 |
| 87.3 Exceção autônoma e por via de embargos .....  | 447 |
| 87.4 Procedimento e efeito da exceção .....  | 447 |
| Seção III – Dos pressupostos processuais subjetivos das partes .....                         | 447 |
| 88. Questão de ordem: importância da noção de parte e pressupostos processuais .....         | 447 |
| <b>§ 25.º Personalidade Processual</b>   |     |
| 89. Personalidade processual no processo executivo .....                                     | 450 |
| 90. Controle da falta de personalidade processual .....                                      | 451 |
| <b>§ 26.º Capacidade Processual</b>  |     |
| 91. Capacidade processual na execução .....  | 451 |
| 91.1 Capacidade processual plena .....   | 452 |
| 91.2 Capacidade processual relativa e assistência .....                                      | 452 |
| 91.3 Incapacidade processual e representação .....   | 453 |
| 92. Integração da capacidade processual .....  | 453 |
| 92.1 Integração da capacidade processual pelo cônjuge .....                                  | 453 |
| 92.2 Integração da capacidade processual por curador especial .....                          | 454 |
| 93. Intervenção do Ministério Público .....  | 455 |
| 94. Controle dos defeitos de capacidade processual .....                                     | 456 |
| 94.1 Momento de verificação do defeito .....   | 456 |
| 94.2 Conhecimento de ofício do defeito. Iniciativa subsidiária da parte .....                | 456 |
| 94.3 Efeitos da falta de capacidade ou defeito na representação .....                        | 456 |
| 94.4 Perda superveniente da capacidade processual .....                                      | 456 |
| 94.5 Efeitos da inércia do interessado .....   | 457 |
| 94.6 Efeitos da sanção pelo interessado .....  | 457 |
| <b>§ 27.º Capacidade Postulatória</b>  |     |
| 95. Função pública do advogado e processo executivo .....                                    | 457 |
| 95.1 Atos privativos de advogado na execução .....   | 458 |
| 95.2 Prova da outorga do mandato .....   | 459 |
| 95.3 Natureza do vício da falta ou irregularidade insuprida de capacidade postulatória ..... | 459 |
| 96. Controle dos defeitos de capacidade postulatória .....                                   | 460 |
| 96.1 Momento de verificação do defeito .....   | 460 |
| 96.2 Conhecimento de ofício do defeito .....   | 460 |
| 96.3 Efeitos da falta ou perda da capacidade postulatória .....                              | 460 |
| 96.4 Efeitos da inércia do interessado .....   | 461 |
| 96.5 Efeitos da sanção pelo interessado .....  | 461 |
| <b>§ 28.º Legitimidade</b>   |     |

|  |     |
|--|-----|
| Subseção I – Noções gerais.....  | 461 |
| 97. Partes legítimas no processo executivo.....  | 461 |
| 98. Parte e terceiro no processo executivo.....  | 463 |
| 99. Litisconsórcio ativo e passivo no processo de execução.....  | 466 |
| 100. Intervenção de terceiros na demanda executória.....   | 467 |
| 101. Classificação da legitimidade de parte no processo executivo.....                                   | 469 |
| Subseção II – Legitimidade ativa.....  | 470 |
| 102. Legitimidade ativa ordinária primária.....  | 470 |
| 103. Legitimidade ativa ordinária superveniente.....   | 472 |
| 103.1 Legitimidade superveniente do ofendido.....  | 472 |
| 103.2 Legitimidade superveniente do espólio, herdeiros e sucessores do credor.....                       | 472 |
| 103.3 Legitimidade superveniente do cessionário.....   | 473 |
| 103.4 Legitimidade superveniente do sub-rogado.....  | 474 |
| 103.5 Legitimidade superveniente do cidadão.....   | 474 |
| 104. Legitimidade ativa extraordinária.....  | 475 |
| 104.1 Legitimidade extraordinária autônoma exclusiva.....  | 475 |
| 104.2 Legitimidade extraordinária autônoma concorrente.....  | 475 |
| Subseção III – Legitimidade passiva.....   | 476 |
| 105. Legitimidade passiva ordinária primária.....  | 476 |
| 106. Legitimidade passiva ordinária superveniente.....   | 477 |
| 106.1 Legitimidade do espólio, herdeiros e sucessores do devedor.....                                    | 478 |
| 106.2 Legitimidade passiva do novo devedor.....  | 478 |
| 107. Legitimidade passiva extraordinária.....  | 479 |
| 107.1 Legitimidade extraordinária do fiador judicial.....  | 480 |
| 107.2 Legitimidade extraordinária do fiador convencional.....  | 481 |
| 107.3 Legitimidade extraordinária do responsável tributário.....   | 483 |
| 107.4 Legitimidade extraordinária do sucessor a título singular.....                                     | 485 |
| 107.5 Legitimidade extraordinária do sócio.....  | 486 |
| 107.6 Legitimidade extraordinária do cônjuge.....  | 487 |
| 107.7 Legitimidade extraordinária do síndico, comissário, liquidante, inventariante e administrador..... | 487 |
| 108. Assistência no processo executivo.....  | 488 |
| Seção IV – Dos pressupostos processuais objetivos extrínsecos à relação processual.....                  | 489 |
| § 29.º Litispendência  |     |
| 109. Litispendência no processo de execução.....   | 489 |
| 110. Controle da litispêndência no processo executivo.....   | 492 |
| § 30.º Coisa Julgada   |     |
| 111. Coisa julgada e processo executivo.....   | 493 |
| 112. Controle de <i>ne bis in idem</i> no processo executivo.....  | 497 |
| § 31.º Perempção   |     |

|   |     |
|---|-----|
| 113. Perempção no processo executivo .....  | 497 |
| <b>§ 32.º Pagamento ou Garantia das Custas</b>  |     |
| 114. Pagamento ou depósito prévio da sucumbência .....                                    | 498 |
| 115. Caução para garantir custas e honorários na execução fundada em título judicial..... | 498 |
| Seção V – Dos pressupostos processuais objetivos intrínsecos à relação processual .....   | 499 |
| <b>§ 33.º Invalidades</b>   |     |
| 116. Invalidades no processo executivo.....   | 499 |
| 116.1 Classificação das invalidades .....   | 500 |
| 116.2 Nulidades cominada e não cominada .....   | 502 |
| 117. Nulidades cominadas no processo executivo.....                                       | 503 |
| 117.1 Falta de certeza, liquidez e exigibilidade do título executivo .....                | 503 |
| 117.2 Citação inexistente ou nula do executado .....                                      | 503 |
| 117.3 Verificação do termo ou condição.....   | 504 |
| 118. Momento, forma e preclusão do controle das invalidades.....                          | 504 |
| 119. Adequação do procedimento .....  | 505 |
| <b>6. FORMAÇÃO DO PROCESSO EXECUTIVO</b>  |     |
| Seção I – Petição inicial da execução .....   | 507 |
| <b>§ 34.º Princípio da Demanda</b>  |     |
| 120. Demanda no processo executivo.....   | 507 |
| 121. Impulso oficial na execução.....   | 509 |
| 122. Petição inicial e formação do processo executivo.....                                | 510 |
| <b>§ 35.º Requisitos da Petição Inicial</b>   |     |
| 123. Requisitos gerais e específicos da petição inicial da demanda executória .....       | 512 |
| 123.1 Pedido da ação executória .....   | 513 |
| 123.2 Fatos e fundamentos jurídicos do pedido.....  | 515 |
| 123.3 Explicitação do valor da causa.....   | 516 |
| 123.4 Produção de provas no processo executivo .....                                      | 517 |
| 123.5 Indicação da espécie de execução.....   | 517 |
| 123.6 Intimação dos titulares de direito real de garantia e do usufrutuário .....         | 518 |
| 123.7 Memória de cálculo da dívida .....  | 519 |
| 123.8 Requerimento e modos de citação do executado.....                                   | 520 |
| 123.9 Indicação de bens na inicial.....   | 522 |
| 123.10 Quebra do sigilo bancário.....   | 523 |
| <b>§ 36.º Efeitos da Propositura da Ação Executória</b>                                   |     |
| 124. Propositura e ajuizamento da demanda executória .....                                | 525 |
| 125. Efeitos da propositura da ação executória .....                                      | 527 |
| 125.1 Prevenção no processo executivo .....   | 527 |
| 125.2 Litispendência.....   | 528 |
| 125.3 Litigiosidade e indisponibilidade patrimonial relativa.....                         | 528 |

|  |   |     |
|--|---|-----|
| 125.4  | Constituição em mora do executado .....   | 528 |
| 125.5  | Prescrição e demanda executória.....  | 529 |
| 125.6  | Averbação do ajuizamento da execução.....   | 531 |
| 125.6.1  | Natureza da averbação.....  | 531 |
| 125.6.2  | Procedimento da averbação.....  | 532 |
| 125.6.3  | Efeitos da averbação do ajuizamento .....   | 534 |
| 125.6.4  | Responsabilidade do exequente pela averbação indevida .....                                       | 534 |
| Seção II – Controle da petição inicial.....    |   | 534 |
| <b>§ 37.º Emendas da Petição Inicial</b>       |   |     |
| 126.   | Princípio da aproveitabilidade da petição inicial .....   | 534 |
| 127.   | Possibilidade e impossibilidade de conversão do procedimento .....                                | 536 |
| <b>§ 38.º Indeferimento da Petição Inicial</b> |   |     |
| 128.   | Extinção liminar do processo executivo .....  | 537 |
| 129.   | Pronunciamento extintivo e recurso cabível.....   | 538 |
| <b>§ 39.º Deferimento Liminar da Execução</b>  |   |     |
| 130.   | Deferimento da inicial e citação do executado .....   | 539 |
| <b>7. SUSPENSÃO DO PROCESSO EXECUTIVO</b>      |   |     |
| <b>§ 40.º Noções Gerais</b>                    |   |     |
| 131.   | Noções de crise da relação processual e conceito de suspensão do processo .....                   | 540 |
| 132.   | Classificação dos eventos suspensivos do processo .....   | 544 |
| 133.   | Meios executórios e suspensão do processo executivo.....  | 545 |
| <b>§ 41.º Suspensão Obrigatória</b>            |   |     |
| 134.   | Efeito suspensivo da oposição do executado .....  | 545 |
| 134.1  | Necessidade de pedido expresso do executado.....  | 547 |
| 134.2  | Caráter excepcional e <i>ope iudicis</i> da suspensão .....                                       | 548 |
| 134.3  | Pressupostos da concessão de efeito suspensivo à oposição do executado .....                      | 548 |
| 134.4  | Prosseguimento da execução mediante caução .....  | 550 |
| 134.5  | Recurso cabível no incidente de suspensão .....   | 551 |
| 135.   | Efeito suspensivo dos embargos de terceiro.....   | 551 |
| 136.   | Efeito suspensivo da remição (adjudicação por terceiro) .....                                     | 552 |
| 137.   | Morte ou perda da capacidade processual das partes, do representante legal ou do procurador ..... | 553 |
| 137.1  | Morte ou perda da capacidade processual da parte .....  | 553 |
| 137.2  | Morte ou perda da capacidade processual do representante.....                                     | 554 |
| 137.3  | Morte ou perda da capacidade postulatória do advogado.....  | 554 |
| 138.   | Exceção de incompetência relativa, suspeição e impedimento.....                                   | 555 |
| 139.   | Efeito suspensivo na execução de obrigação bilateral.....   | 556 |
| 140.   | Efeito suspensivo da frustração da alienação de imóvel de incapaz .....                           | 556 |
| 141.   | Força maior no processo executivo .....   | 556 |
| 142.   | Falta de bens penhoráveis.....  | 557 |

|   |     |
|---|-----|
| 143. Falta de localização do executado.....                             | 559 |
| 144. Suspensão cautelar do processo executivo.....                      | 560 |
| 145. Suspensão da insolvência civil.....                                | 562 |
| <b>§ 42.º Suspensão Voluntária</b>                                      |     |
| 146. Suspensão convencional genérica.....                               | 562 |
| 147. Suspensão dilatória.....   | 563 |
| 147.1 Parcelamento ilimitado.....                                       | 563 |
| 147.2 Parcelamento limitado.....  | 565 |
| 147.2.1 Domínio de aplicação do parcelamento limitado.....              | 566 |
| 147.2.2 Prazo e forma do pedido de parcelamento limitado.....           | 567 |
| 147.2.3 Efeitos da apresentação do pedido de parcelamento limitado..... | 567 |
| 147.2.4 Conteúdo e requisitos do pedido de parcelamento limitado.....   | 569 |
| 147.2.5 Contraditório no pedido de parcelamento limitado.....           | 570 |
| 147.2.6 Efeitos do deferimento do pedido de parcelamento limitado.....  | 571 |
| 147.2.7 Prosseguimento da execução no caso de inadimplemento.....       | 571 |
| <b>§ 43.º Conversão da Execução</b>                                     |     |
| 148. Frustração da execução específica e conversão da execução.....     | 572 |
| <b>§ 44.º Efeitos da Suspensão</b>                                      |     |
| 149. Efeitos da suspensão do processo executivo.....                    | 572 |

## 8. EXTINÇÃO DO PROCESSO EXECUTIVO

|  |     |
|--|-----|
| <b>§ 45.º Noções Gerais</b>  |     |
| 150. Natureza do ato extintivo.....                                    | 574 |
| 151. Classificação das sentenças no processo executivo.....            | 577 |
| 152. Forma da sentença no processo executivo.....                      | 577 |
| 153. Recurso cabível contra o ato extintivo.....                       | 579 |
| 154. Eficácia da sentença executiva.....                               | 580 |
| <b>§ 46.º Extinção Própria</b>   |     |
| 155. Cumprimento espontâneo da obrigação.....                          | 581 |
| 155.1 Cumprimento espontâneo no desapossamento.....                    | 582 |
| 155.2 Cumprimento espontâneo na transformação.....                     | 582 |
| 155.3 Cumprimento espontâneo na coerção patrimonial.....               | 582 |
| 155.4 Cumprimento espontâneo na coerção pessoal.....                   | 582 |
| 155.5 Cumprimento espontâneo no desconto em folha.....                 | 582 |
| 155.6 Cumprimento espontâneo na expropriação. Remição da execução..... | 583 |
| 155.6.1 Generalidades.....   | 583 |
| 155.6.2 Procedimento da remição da execução.....                       | 584 |
| 155.6.2.1 Momento adequado.....  | 585 |
| 155.6.2.2 Legitimidade para remir.....                                 | 586 |
| 155.6.2.3 Oposição do credor.....                                      | 586 |
| 155.6.2.4 Objeto do depósito.....                                      | 586 |



|   |   |     |
|---|---|-----|
| 155.6.2.5   | Recurso cabível contra o indeferimento.....                     | 587 |
| 155.6.2.6   | Efeitos do depósito.....  | 587 |
| 156.  | Êxito dos meios executórios.....                                | 588 |
| <b>§ 47.º Extinção Imprópria</b>                            |   |     |
| 157.  | Extinção por reflexo da procedência dos embargos.....           | 589 |
| 158.  | Extinção da dívida.....   | 589 |
| 159.  | Desistência da execução.....                                    | 590 |
| 160.  | Extinção da execução infrutífera.....                           | 591 |
| 161.  | Provimento de recurso na execução provisória ou definitiva..... | 591 |
| 162.  | Extinção de ordem processual.....                               | 592 |
| <b>§ 48.º Despesas Processuais e Honorários na Execução</b> |   |     |
| 163.  | Responsabilidade por despesas processuais.....                  | 592 |
| 163.1   | Conceito e classificação das despesas.....                      | 593 |
| 163.2   | Dever de o exequente antecipar as despesas.....                 | 595 |
| 163.3   | Responsabilidade geral do executado.....                        | 595 |
| 163.4   | Concessão do benefício da gratuidade ao devedor.....            | 597 |
| 163.5   | Despesas processuais da Fazenda Pública.....                    | 598 |
| 164.  | Honorários de advogado na execução.....                         | 599 |
| 164.1   | Cabimento dos honorários.....                                   | 600 |
| 164.2   | Momento da fixação.....   | 605 |
| 164.3   | Montante dos honorários.....                                    | 606 |
| 164.4   | Natureza do provimento e recurso.....                           | 607 |
| 165.  | Responsabilidade da parte vencida.....                          | 607 |

## TÍTULO III

## PROCEDIMENTOS EXECUTIVOS COMUNS

## 9. EXECUÇÃO PARA ENTREGA DE COISA

|  |   |     |
|--|---|-----|
| Seção I – Execução por desapossamento.....                 | 609   |     |
| <b>§ 49.º Noções Gerais da Execução por Desapossamento</b> |   |     |
| 166.   | Campo de atuação do desapossamento.....                 | 609 |
| 167.   | Certeza da coisa no desapossamento.....                 | 612 |
| 168.   | Objeto do desapossamento.....                           | 612 |
| 169.   | Título executivo na execução para entrega de coisa..... | 613 |
| Subseção I – Execução para entrega de coisa.....           | 614   |     |
| <b>§ 50.º Procedimento da Execução</b>                     |   |     |
| 170.   | Liquidação obrigatória das benfeitorias.....            | 614 |
| 171.   | Citação e opções do executado.....                      | 617 |
| 172.   | Frustração do meio executório.....                      | 621 |
| 173.   | Desapossamento da coisa litigiosa.....                  | 621 |
| 174.   | Levantamento da coisa e embargos.....                   | 623 |
| 175.   | Extinção do processo executivo.....                     | 624 |
| Subseção II – Execução para entrega de coisa incerta.....  | 625   |     |

**§ 51.º Noções Gerais da Execução para Entrega de Coisa Incerta**

|   |     |
|---|-----|
| 176. Objeto do desapossamento e título executivo..... | 625 |
|---|-----|

**§ 52.º Procedimento da Execução**

|  |     |
|--|-----|
| 177. Incidente de individualização da coisa .....                      | 626 |
| 177.1 Diferenças procedimentais segundo a titularidade da escolha..... | 626 |
| 177.2 Impugnação à escolha.....  | 627 |
| 178. Prosseguimento do processo executivo .....                        | 627 |
| Seção III – Execução por coerção patrimonial.....                      | 627 |

**§ 53.º Noções Gerais da Execução por Coerção Patrimonial**

|   |     |
|---|-----|
| 179. Cabimento de multa na entrega de coisa ..... | 627 |
|---|-----|

**10. EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E DE NÃO FAZER****§ 54.º Noções Gerais da Execução das Obrigações de Fazer e das Ordens Judiciais**

|  |     |
|--|-----|
| 180. Execução específica das obrigações de fazer e das ordens judiciais..... | 629 |
| 181. Título executivo da obrigação de fazer .....                            | 631 |
| Subcapítulo I – Execução por transformação.....                              | 632 |

**§ 55.º Objeto do Procedimento da Execução por Transformação**

|   |     |
|---|-----|
| 182. Objeto do fazer: fungibilidade e infungibilidade ..... | 632 |
|---|-----|

|                                   |     |
|-----------------------------------|-----|
| Seção I – Obrigação fungível..... | 633 |
|-----------------------------------|-----|

**§ 56.º Procedimento da Execução da Obrigação Fungível**

|   |     |
|---|-----|
| Subseção I – Fase postulatória .....                                    | 633 |
| 183. Deferimento da inicial e estipulação do prazo de cumprimento ..... | 633 |
| 183.1 Heterogeneidade do prazo .....                                    | 633 |
| 183.2 Modos de fixação do prazo .....                                   | 634 |
| 183.3 Prorrogação do prazo.....   | 634 |
| 183.4 Inserção do prazo no mandado executivo .....                      | 634 |
| 183.5 Natureza do ato decisório e recurso.....                          | 635 |
| 184. Caracterização e determinação do fazer.....                        | 635 |
| 185. Atitudes do executado após a citação ou a intimação.....           | 636 |
| 185.1 Cumprimento total e parcial. Consequências.....                   | 636 |
| 185.2 Inércia do executado.....   | 637 |
| 185.3 Oposição do executado. Prazo.....                                 | 637 |
| Subseção II – Fase instrutória .....                                    | 637 |
| 186. Atitudes do exequente após o descumprimento .....                  | 637 |
| 186.1 Conversão do procedimento.....                                    | 638 |
| 186.2 Execução por terceiro .....                                       | 639 |
| 186.2.1 Definição da fungibilidade .....                                | 639 |
| 186.2.2 Efetivação extrajudicial .....                                  | 639 |
| 186.2.3 Escolha do terceiro .....                                       | 640 |
| 186.2.4 Apresentação da proposta e manifestação das partes .....        | 641 |
| 186.2.5 Preferência do exequente e formalização do negócio.....         | 641 |

|  |     |
|--|-----|
| 186.2.6 Adiantamento do preço .....                            | 641 |
| Subseção III – Incidentes da transformação .....               | 642 |
| 187. Retratabilidade da transformação .....                    | 642 |
| 188. Insucesso da escolha .....                                | 642 |
| 189. Execução de custeamento .....                             | 643 |
| 190. Execução pelo credor .....                                | 644 |
| 190.1 Prazo para exercer o direito de preferência .....        | 644 |
| 190.2 Despesas da execução .....                               | 644 |
| 190.3 Prazo de execução .....                                  | 644 |
| 190.4 Custeamento da execução .....                            | 644 |
| 190.5 Verificação do cumprimento .....                         | 645 |
| 191. Descumprimento do contratante .....                       | 645 |
| 191.1 Prazo de reclamação .....                                | 645 |
| 191.2 Contraditório no incidente .....                         | 645 |
| 191.3 Nova execução de custeamento .....                       | 646 |
| 191.4 Responsabilidade subsidiária do executado .....          | 646 |
| 191.5 Extinção imprópria da execução .....                     | 647 |
| Subseção IV – Fase final .....                                 | 647 |
| 192. Controle da prestação de fazer .....                      | 647 |
| 192.1 Casos de cabimento do controle .....                     | 647 |
| 192.2 Procedimento do controle .....                           | 647 |
| 193. Extinção da execução da obrigação de fazer fungível ..... | 648 |
| Seção II – Obrigação infungível .....                          | 648 |
| <b>§ 57.º Procedimento da Execução da Obrigação Infungível</b> |     |
| 194. Infungibilidade da obrigação de fazer .....               | 648 |
| 194.1 Pessoaalidade do fazer .....                             | 649 |
| 194.2 Licença administrativa .....                             | 650 |
| 194.3 Prazo de cumprimento .....                               | 650 |
| 194.4 Embargos do executado .....                              | 650 |
| 195. Liquidação e execução das perdas e danos .....            | 650 |
| Seção III – Obrigação de não fazer .....                       | 650 |
| <b>§ 58.º Procedimento da Execução da Obrigação Negativa</b>   |     |
| Subseção I – Noções gerais .....                               | 650 |
| 196. Execução específica das obrigações negativas .....        | 650 |
| 196.1 Título executivo .....                                   | 652 |
| 196.2 Objeto da obrigação negativa .....                       | 652 |
| 197. Comprovação do fato indébito .....                        | 653 |
| Subseção II – Procedimento em espécie .....                    | 653 |
| 198. Procedimento da execução para desfazer .....              | 653 |
| 198.1 Prazo de desfazimento .....                              | 654 |

|   |  |     |
|---|--|-----|
| 198.2   | Caracterização e determinação do desfazer .....                                  | 654 |
| 198.3   | Citação ou intimação e atitudes do executado .....                               | 654 |
| 198.4   | Manutenção excepcional dos efeitos materiais da ofensa .....                     | 654 |
| 199.  | Conversão do procedimento executivo.....   | 655 |
| 200.  | Extinção da execução.....  | 655 |
| Seção IV  | – Obrigação de declarar a vontade .....  | 655 |
| § 59.º  | <b>Procedimento da Execução da Obrigação de Declarar a Vontade</b>               |     |
| Subseção I  | – Noções gerais.....   | 655 |
| 201.  | Fungibilidade da declaração de vontade .....                                     | 655 |
| 202.  | Natureza da ação nascente do contrato preliminar .....                           | 657 |
| 202.1   | Título da substituição .....   | 658 |
| 202.2   | Objeto da declaração de vontade .....  | 659 |
| 202.3   | Formulação do pedido e sua correção .....  | 661 |
| 203.  | Adjudicação compulsória e ação nascente dos contratos preliminares.....          | 661 |
| 204.  | Execução das sentenças substitutivas da vontade do obrigado .....                | 664 |
| 204.1   | Modalidade dos atos executivos .....   | 664 |
| 204.2   | Desapossamento do obrigado .....   | 665 |
| 204.3   | Aplicação do meio executório da coação patrimonial .....                         | 666 |
| Subseção II   | – Execução específica do compromisso .....                                       | 667 |
| 205.  | Requisitos da execução específica do contrato preliminar de compra e venda ..... | 667 |
| 205.1   | Instrumento do contrato preliminar .....   | 667 |
| 205.2   | Quitação do preço e sua oportunidade .....                                       | 668 |
| 205.3   | Irretratabilidade e arrependimento .....   | 668 |
| 205.4   | Registro do contrato preliminar.....   | 669 |
| 205.5   | Outorga uxória e eficácia condenatória .....                                     | 671 |
| Subcapítulo II  | – Execução por coerção patrimonial .....   | 671 |
| § 60.º  | <b>Noções Gerais da Execução por Coerção Patrimonial</b>                         |     |
| 206.  | Fundamento do meio executório da coerção patrimonial .....                       | 671 |
| 207.  | Obrigações sujeitas ao meio executório da coerção patrimonial .....              | 674 |
| 208.  | Cabimento da multa na execução contra a Fazenda Pública .....                    | 676 |
| § 61.º  | <b>Procedimento da Execução por Coerção Patrimonial</b>                          |     |
| 209.  | Aplicação da pena pecuniária.....  | 677 |
| 209.1   | Cominação e demanda condenatória.....  | 677 |
| 209.2   | Valor da pena .....  | 679 |
| 209.3   | Duração da pena .....  | 680 |
| 209.4   | Exclusão da pena .....   | 681 |
| 209.5   | Pena pecuniária e perdas e danos .....   | 682 |
| 209.6   | Opção por outro meio executório.....   | 683 |
| 210.  | Desenvolvimento e extinção da execução.....                                      | 683 |
| <b>11. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE</b> |  |     |
| Seção I   | – Noções gerais .....  | 687 |

**§ 62.º Obrigação Pecuniária**

|   |     |
|---|-----|
| 211. Obrigação pecuniária e expropriação.....                           | 687 |
| 211.1 Atributos da obrigação pecuniária .....                           | 689 |
| 211.2 Espécies de prestações pecuniárias .....                          | 689 |
| 211.3 Reajuste das prestações pecuniárias.....                          | 691 |
| 212. Expropriação singular e coletiva .....                             | 692 |
| 213. Técnicas de expropriação forçada e fases do seu procedimento ..... | 693 |
| Seção II – Fase inicial da expropriação .....                           | 695 |

**§ 63.º Citação do Executado**

|   |     |
|---|-----|
| 214. Ajuizamento da demanda executória.....     | 695 |
| 215. Citação do executado na expropriação ..... | 696 |
| 215.1 Modos de citação .....                    | 696 |
| 215.2 Contagem do prazo e alternativas.....     | 697 |

**§ 64.º Pagamento**

|   |     |
|---|-----|
| 216. Cumprimento da obrigação pecuniária pelo executado .....   | 699 |
| 217. Solução do incidente de cumprimento. Recurso cabível ..... | 700 |

**§ 65.º Pré-Penhora**

|  |     |
|--|-----|
| 218. Natureza e finalidade da pré-penhora .....  | 701 |
| 219. Procedimento da pré-penhora.....            | 702 |
| 219.1 Pressupostos objetivos da pré-penhora..... | 702 |
| 219.2 Forma da pré-penhora .....                 | 703 |
| 219.3 Citação do executado.....                  | 703 |
| 219.4 Pagamento superveniente .....              | 704 |
| 219.5 Intimação da conversão em penhora .....    | 704 |
| 219.6 Caducidade da pré-penhora.....             | 705 |

|                                 |     |
|---------------------------------|-----|
| Subseção I – Noções gerais..... | 705 |
|---------------------------------|-----|

**§ 66.º Penhora, Avaliação e Depósito**

|   |     |
|---|-----|
| 220. Natureza jurídica da penhora.....  | 705 |
| 221. Conceito de penhora.....   | 708 |
| 222. Início da eficácia da penhora .....  | 709 |
| 223. Efeitos da penhora no plano material .....   | 710 |
| 223.1 Ineficácia relativa dos atos de disposição.....   | 710 |
| 223.2 Reorganização da posse.....   | 712 |
| 223.3 Perda do direito de fruição.....  | 713 |
| 224. Efeitos da penhora no plano processual .....   | 714 |
| 224.1 Individualização de bens no patrimônio do executado .....                                     | 714 |
| 224.2 Conservação dos bens penhorados.....  | 715 |
| 224.3 Direito de preferência.....   | 715 |
| 224.4 Desencadeamento da técnica expropriativa .....  | 715 |
| 225. Extensão da penhora. Frutos, acessões, pertencas, produtos e plantações do bem penhorado ..... | 716 |

|   |     |
|---|-----|
| Subseção II – Penhora por oficial de justiça.....                 | 717 |
| 226. Penhora por oficial de justiça.....                          | 717 |
| 226.1 Escolha do credor .....                                     | 718 |
| 226.2 Localização dos bens penhoráveis .....                      | 719 |
| 226.3 Ordem preferencial da penhora .....                         | 721 |
| 226.4 Exibição dos títulos de domínio .....                       | 724 |
| 226.5 Lugar da penhora .....                                      | 724 |
| 226.6 Tempo da penhora .....                                      | 725 |
| 226.7 Adequação da penhora.....                                   | 726 |
| 226.8 Penhora de bem indivisível.....                             | 726 |
| 226.9 Avaliação do bem penhorado .....                            | 727 |
| 227. Resistência do executado .....                               | 727 |
| 227.1 Presunção de resistência .....                              | 728 |
| 227.2 Ordem de arrombamento.....                                  | 728 |
| 227.3 Busca dos bens penhoráveis.....                             | 729 |
| 227.4 Auto de arrombamento.....                                   | 730 |
| 227.5 Emprego da força policial .....                             | 730 |
| 227.6 Auto de resistência .....                                   | 731 |
| 228. Elementos do auto de penhora .....                           | 731 |
| 228.1 Tempo e lugar da penhora .....                              | 732 |
| 228.2 Pertinência subjetiva da penhora.....                       | 732 |
| 228.3 Descrição dos bens penhorados.....                          | 732 |
| 228.4 Nomeação do depositário .....                               | 733 |
| 228.5 Laudo de avaliação.....                                     | 733 |
| 229. Substituição da penhora.....                                 | 734 |
| 229.1 Legitimidade para requerer a substituição .....             | 734 |
| 229.2 Fundamentos da substituição .....                           | 735 |
| 229.3 Momento da substituição.....                                | 738 |
| 229.4 Pressupostos da substituição requerida pelo executado ..... | 738 |
| 229.5 Objeto da substituição .....                                | 739 |
| 229.5.1 Fiança bancária .....                                     | 740 |
| 229.5.2 Seguro .....  | 741 |
| 229.6 Contraditório na substituição.....                          | 741 |
| 229.7 Decisão do incidente de substituição.....                   | 741 |
| 229.8 Efeitos da substituição .....                               | 742 |
| Subseção III – Penhora por termo nos autos.....                   | 742 |
| 230. Penhora por termo nos autos.....                             | 742 |
| Subseção IV – Depósito da coisa penhorada .....                   | 744 |
| 231. Desapossamento da coisa penhorada.....                       | 744 |
| 232. Natureza jurídica do depósito.....                           | 745 |
| 233. Objeto do depósito.....                                      | 747 |

|   |     |
|---|-----|
| 234. Efeitos do depósito no plano material .....                              | 747 |
| 234.1 Guarda e conservação da coisa .....                                     | 747 |
| 234.2 Administração da coisa .....  | 748 |
| 234.3 Posse do depositário .....  | 748 |
| 234.4 Dever de restituir a coisa. Prisão do depositário infiel.....           | 749 |
| 234.4.1 Cabimento da ação de depósito .....                                   | 749 |
| 234.4.2 Incidente na execução.....  | 749 |
| 234.4.3 Regime da prisão.....   | 752 |
| 234.4.4 Cessação da prisão .....  | 752 |
| 234.5 Dever de prestar contas.....  | 752 |
| 235. Efeitos do depósito no plano processual.....                             | 752 |
| 235.1 Remuneração do depositário .....  | 753 |
| 235.2 Responsabilidade do depositário .....                                   | 753 |
| 236. Nomea o do depositário.....  | 755 |
| 236.1 Depósito de dinheiro, papéis de crédito, pedras e metais preciosos..... | 756 |
| 236.2 Móveis e imóveis urbanos.....   | 756 |
| 236.3 Demais bens .....   | 757 |
| 237. Depositário, multiplicidade de penhoras e de bens .....                  | 757 |
| 238. Remo o do depositário.....   | 758 |
| 239. Extin o do depósito .....  | 758 |
| Subse o V – Penhora de créditos.....  | 759 |
| 240. Introdu o   penhora de créditos .....                                    | 759 |
| 241. Existência do crédito e sua penhora .....                                | 762 |
| 242. Objeto da penhora de crédito .....                                       | 764 |
| 243. Penhora de mão própria.....  | 764 |
| 244. Procedimento da penhora de crédito .....                                 | 765 |
| 244.1 Penhora através de oficial de justiça .....                             | 765 |
| 244.2 Individua o do crédito .....  | 765 |
| 244.3 Pr -penhora do crédito .....  | 766 |
| 244.4 Apreensão dos títulos e cártulas.....                                   | 766 |
| 244.5 Confissão do terceiro devedor .....                                     | 767 |
| 244.6 Conteúdo da confissão do terceiro.....                                  | 768 |
| 244.7 Negativa do terceiro devedor .....                                      | 768 |
| 244.8 Incidente de declara o da existência do crédito.....                    | 769 |
| 244.9 Extin o do crédito e reflexos na penhora .....                          | 769 |
| 245. Técnicas de conversão do crédito penhorado.....                          | 770 |
| 245.1 Sub-roga o do crédito penhorado .....                                   | 770 |
| 245.2 Aliena o do crédito penhorado .....                                     | 772 |
| 246. Penhora no rosto dos autos.....  | 772 |
| 246.1 Conceito de direito litigioso.....                                      | 773 |
| 246.2 Forma da penhora no rosto dos autos .....                               | 773 |

|  |   |     |
|--|---|-----|
| 246.3  | Penhora por dívida do autor da herança.....                                   | 773 |
| 246.4  | Início da eficácia da penhora no rosto dos autos.....                         | 774 |
| 246.5  | Sub-rogação do direito litigioso.....   | 774 |
| 247.   | Penhora de créditos ou direitos a rendas periódicas.....                      | 775 |
| 248.   | Penhora de direito a coisa determinada.....                                   | 775 |
| 248.1  | Natureza da penhora.....  | 776 |
| 248.2  | Objeto da penhora.....  | 776 |
| 248.3  | Depósito da coisa.....  | 776 |
| 248.4  | Sub-rogação do objeto da penhora.....   | 776 |
| 248.5  | Técnicas de conversão do objeto da penhora.....                               | 776 |
| 248.6  | Direito sujeito a condição.....   | 777 |
| 248.7  | Penhora de direito a coisa determinada e preferência.....                     | 777 |
| Subseção VI – Penhora de empresas, navios e aeronaves..... |   | 777 |
| 249.   | Penhora de empresas e estabelecimentos.....                                   | 777 |
| 250.   | Administração da universalidade penhorada.....                                | 778 |
| 251.   | Procedimento da penhora de universalidades.....                               | 780 |
| 251.1  | Escolha do administrador.....   | 780 |
| 251.2  | Plano de administração.....   | 780 |
| 251.3  | Plano de administração consensual.....  | 781 |
| 251.4  | Controle do plano de administração.....                                       | 781 |
| 251.5  | Destituição do administrador.....   | 782 |
| 252.   | Penhora de empresa concessionária do Poder Público ou por ele autorizada..... | 782 |
| 253.   | Penhora de navio e de aeronave.....   | 783 |
| 253.1  | Conceito de navio e de aeronave.....  | 783 |
| 253.2  | Natureza da penhora.....  | 783 |
| 253.3  | Seguro contra riscos.....   | 784 |
| Subseção VII – Incidentes da penhora.....                  |   | 784 |
| 254.   | Ilegalidade da penhora.....   | 784 |
| 254.1  | Ilegalidade objetiva da penhora.....  | 785 |
| 254.2  | Ilegalidade subjetiva da penhora.....   | 785 |
| 255.   | Renovação da penhora.....   | 786 |
| 255.1  | Casos de renovação da penhora.....  | 786 |
| 255.1.1  | Nulidade da penhora.....  | 786 |
| 255.1.2  | Conversão da penhora desacompanhada de solução da dívida.....                 | 787 |
| 255.1.3  | Desistência da penhora.....   | 787 |
| 255.2  | Intimação do executado e embargos.....  | 788 |
| 255.3  | Despesas da renovação da penhora.....   | 788 |
| 255.4  | Responsabilidade do credor na renovação da penhora.....                       | 788 |
| 256.   | Alienação antecipada do bem penhorado.....                                    | 789 |
| 256.1  | Natureza da alienação antecipada.....   | 789 |
| 256.2  | Procedimento da alienação antecipada.....                                     | 789 |



|   |  |     |
|---|--|-----|
| 256.2.1   | Requisitos da alienação antecipada.....  | 789 |
| 256.2.2   | Legitimidade para requerer a alienação antecipada .....                                      | 790 |
| 256.2.3   | Modalidades de alienação antecipada .....  | 790 |
| 256.2.4   | Alienação antecipada na execução provisória.....   | 791 |
| 256.2.5   | Contraditório e concordância do executado.....   | 791 |
| 256.2.6   | Efeitos da alienação antecipada.....   | 791 |
| 256.2.7   | Decisão do incidente e recurso .....   | 792 |
| 257.  | Adequação da penhora.....  | 792 |
| 258.  | Excesso de penhora e excesso de execução .....   | 793 |
| Subseção VIII – Concurso especial de credores ..... |  | 794 |
| 259.  | Preferência emanada da penhora .....   | 794 |
| 260.  | Pressupostos da preferência do credor penhorante .....                                       | 796 |
| 260.1   | Solvência do executado.....  | 797 |
| 260.2   | Inexistência de prelação.....  | 797 |
| 261.  | Efeitos do concurso especial.....  | 799 |
| 262.  | Preferência na pré-penhora, na penhora de créditos e em direito à coisa determinada .....    | 799 |
| 263.  | Preferência em razão da averbação da penhora .....   | 800 |
| 264.  | Multiplicidade de penhoras e reunião das execuções.....                                      | 802 |
| 265.  | Procedimento do concurso especial na fase inicial.....                                       | 804 |
| 265.1   | Pressupostos da reunião dos processos executivos.....  | 804 |
| 265.2   | Obrigatoriedade da reunião dos processos executivos .....                                    | 804 |
| 265.3   | Ciência da multiplicidade de penhoras.....   | 805 |
| 265.4   | Juízo competente para a reunião dos processos executivos.....                                | 806 |
| 265.5   | Direitos e ônus dos credores na fase inicial do concurso especial.....                       | 808 |
| 265.6   | Impulso processual da expropriação nas execuções singulares.....                             | 809 |
| 265.7   | Despesas dos atos expropriatórios realizados em proveito comum.....                          | 809 |
| 265.8   | Destino autônomo das execuções no concurso especial.....                                     | 810 |
| Subseção IX – Intimação da penhora .....            |  | 810 |
| 266.  | Intimação da penhora .....   | 810 |
| 266.1   | Natureza e fluência do prazo da impugnação.....  | 811 |
| 266.2   | Suspensão do processo executivo .....  | 811 |
| 266.3   | Modos de intimação.....  | 812 |
| 266.4   | Pessoas intimadas .....  | 812 |
| 267.  | Intimação do cônjuge do executado .....  | 813 |
| 267.1   | Posição processual do cônjuge.....   | 814 |
| 267.2   | Embargos de terceiro do cônjuge.....   | 814 |
| 267.3   | Presunção do benefício da dívida e incidência da meação sobre cada bem individualmente ..... | 815 |
| 268.  | Nulidade do processo executivo pela falta de intimação do cônjuge.....                       | 816 |
| Seção III – Fase instrutória da expropriação .....  |  | 817 |

|   |     |
|---|-----|
| 269. Importância e natureza da avaliação .....                              | 817 |
| 270. Momento e lugar da avaliação.....                                      | 817 |
| 271. Avaliador judicial e avaliador perito .....                            | 818 |
| 272. Casos de dispensa da avaliação .....                                   | 820 |
| 272.1 Títulos, mercadorias e ações negociáveis em bolsa.....                | 820 |
| 272.2 Existência de avaliação anterior.....                                 | 821 |
| 273. Procedimento da avaliação por avaliador.....                           | 821 |
| 273.1 Laudo de avaliação .....  | 822 |
| 273.2 Conteúdo do laudo e critérios de avaliação .....                      | 822 |
| 273.2.1 Valor segundo o custo.....  | 823 |
| 273.2.2 Valor segundo a renda.....  | 823 |
| 273.2.3 Valor segundo o mercado.....  | 823 |
| 273.3 Divisão cômoda de imóvel.....   | 824 |
| 273.4 Audiência das partes e decisão.....                                   | 824 |
| 273.5 Repetição da avaliação .....  | 824 |
| Subseção I – Regras gerais.....   | 825 |
| <b>§ 68.º Alienação Forçada</b>   |     |
| 274. Natureza jurídica da alienação forçada .....                           | 825 |
| 275. Efeitos da alienação forçada no plano material.....                    | 829 |
| 275.1 Título da aquisição.....  | 830 |
| 275.2 Modo de aquisição .....   | 831 |
| 275.3 Responsabilidade tributária do adquirente .....                       | 832 |
| 275.4 Vícios ocultos e aparentes da coisa.....                              | 833 |
| 275.5 Evicção na alienação coativa.....                                     | 833 |
| 275.6 Alienação coativa de coisa locada .....                               | 835 |
| 275.7 Alienação coativa de unidades autônomas e despesas condominiais ..... | 837 |
| 275.8 Alienação coativa de coisa comodada .....                             | 837 |
| 275.9 Alienação forçada e frutos do bem.....                                | 838 |
| 275.10 Posse da coisa adquirida .....                                       | 839 |
| 275.11 Purgação dos direitos reais de garantia .....                        | 840 |
| 275.12 Traspasso dos direitos reais de gozo.....                            | 842 |
| 276. Efeitos da alienação forçada no plano processual.....                  | 842 |
| 276.1 Conversão coativa da penhora.....                                     | 843 |
| 276.2 Realização do preço.....  | 843 |
| 277. Modalidades da alienação forçada.....                                  | 844 |
| 278. Legitimidade para arrematar .....                                      | 845 |
| 278.1 Legitimidade geral.....   | 845 |
| 278.2 Restrições à legitimidade .....                                       | 846 |
| Subseção II – Adjudicação.....  | 848 |
| 279. Natureza jurídica da adjudicação.....                                  | 848 |

|  |     |
|--|-----|
| 280. Objeto da adjudicação.....  | 849 |
| 281. Pressupostos da adjudicação.....                                    | 850 |
| 281.1 Preço não inferior ao da avaliação.....                            | 850 |
| 281.2 Legitimidade para adjudicar.....                                   | 851 |
| 282. Procedimento da adjudicação.....                                    | 853 |
| 282.1 Forma do requerimento.....   | 853 |
| 282.2 Multiplicidade de pretendentes.....                                | 854 |
| 282.3 Auto de adjudicação.....   | 856 |
| 282.4 Recurso contra a decisão na adjudicação.....                       | 856 |
| 282.5 Carta de adjudicação.....  | 857 |
| 283. Efeitos da adjudicação.....   | 858 |
| 283.1 Efeitos gerais da adjudicação.....                                 | 858 |
| 283.2 Efeitos particulares da remição.....                               | 858 |
| Subseção III – Alienação por iniciativa particular.....                  | 859 |
| 284. Natureza da alienação por iniciativa particular.....                | 859 |
| 285. Objeto e momento da alienação por iniciativa particular.....        | 861 |
| 286. Procedimento da alienação por iniciativa particular.....            | 861 |
| 286.1 Iniciativa do exequente.....                                       | 861 |
| 286.2 Mediação facultativa de corretor.....                              | 862 |
| 286.3 Condições do negócio.....  | 863 |
| 286.4 Apresentação da proposta e contraditório.....                      | 864 |
| 286.5 Termo de alienação.....  | 865 |
| 287. Incidentes da alienação por iniciativa particular.....              | 865 |
| 288. Efeitos da alienação por iniciativa particular.....                 | 865 |
| Subseção IV – Publicidade da arrematação.....                            | 866 |
| 289. Natureza e função do edital de arrematação.....                     | 866 |
| 290. Requisitos do edital.....   | 867 |
| 290.1 Descrição do bem penhorado.....                                    | 867 |
| 290.2 Valor do bem.....  | 867 |
| 290.3 Lugar do bem penhorado.....  | 868 |
| 290.4 Dia, hora e lugar da realização da praça ou do leilão.....         | 868 |
| 290.5 Menção da existência de ônus, de recurso ou de causa pendente..... | 868 |
| 290.6 Dia e hora da segunda licitação.....                               | 870 |
| 291. Expedição do edital.....  | 870 |
| 292. Dispensa da publicação de editais.....                              | 870 |
| 293. Publicidade ordinária do edital.....                                | 871 |
| 294. Publicidade extraordinária do edital.....                           | 873 |
| 295. Intimações prévias à hasta pública.....                             | 874 |
| 295.1 Intimação do executado.....  | 874 |
| 295.1.1 Destinatários da intimação.....                                  | 874 |
| 295.1.2 Forma da intimação.....  | 875 |

|   |     |
|---|-----|
| 295.2 Outras intimações .....   | 876 |
| Subseção V – Procedimento da arrematação .....                                  | 876 |
| 296. Forma da hasta pública .....   | 876 |
| 297. Ordem da arrematação .....   | 878 |
| 298. Preferência da arrematação em globo .....                                  | 878 |
| 299. Forma do remate .....  | 879 |
| 300. Proibição da arrematação por preço vil .....                               | 881 |
| 300.1 Definição de preço vil .....  | 882 |
| 300.2 Alegação do preço vil .....   | 883 |
| 301. Arrematação pelo credor .....  | 884 |
| 301.1 Limite mínimo do lance do credor .....                                    | 884 |
| 301.2 Exibição do preço pelo credor .....                                       | 885 |
| 302. Encerramento da arrematação .....  | 885 |
| 303. Auto de arrematação .....  | 886 |
| 304. Arrematação eletrônica .....   | 888 |
| Subseção VI – Incidentes da arrematação .....                                   | 888 |
| 305. Transferência da arrematação .....   | 888 |
| 306. Suspensão da arrematação .....   | 889 |
| 307. Desfazimento da arrematação .....  | 890 |
| 307.1 Causas de desfazimento da arrematação .....                               | 891 |
| 307.1.1 Nulidade dos atos executórios .....                                     | 891 |
| 307.1.2 Falta de pagamento do preço ou de prestação da caução .....             | 892 |
| 307.1.3 Existência de ônus real omitido no edital .....                         | 893 |
| 307.1.4 Casos previstos explicitamente no Código .....                          | 893 |
| 307.1.5 Casos previstos implicitamente no Código .....                          | 893 |
| 307.2 Meios e momento do desfazimento .....                                     | 894 |
| 307.3 Efeitos do desfazimento .....   | 894 |
| 307.3.1 Efeitos perante o arrematante .....                                     | 895 |
| 307.3.2 Efeitos perante o credor .....  | 895 |
| 307.3.3 Efeitos perante os auxiliares do juízo .....                            | 896 |
| 307.4 Decisão do incidente e recurso .....                                      | 896 |
| 308. Resolução da arrematação por inadimplemento .....                          | 896 |
| Subseção VII – Alienação de imóvel .....  | 897 |
| 309. Objeto da praça e porteiro .....   | 897 |
| 310. Arrematação de imóvel hipotecado .....                                     | 898 |
| 311. Casos de preferência na aquisição do imóvel praceado .....                 | 899 |
| 311.1 Preferência do senhorio direto sobre o imóvel emprazado .....             | 899 |
| 311.2 Preferência dos demais sócios sobre cotas .....                           | 900 |
| 311.3 Preferência da União, do Estado ou do Município sobre bens tombados ..... | 900 |
| 312. Alienação de imóvel divisível .....  | 900 |
| 312.1 Comodidade da divisão .....   | 900 |

|  |  |     |
|--|--|-----|
| 312.2  | Requerimento do executado .....                              | 901 |
| 312.3  | Procedimento da praça .....                                  | 901 |
| 313.   | Carta de arrematação .....                                   | 901 |
| 313.1  | Elementos da carta de arrematação.....                       | 902 |
| 313.1.1  | Descrição do imóvel.....                                     | 902 |
| 313.1.2  | Prova da quitação dos impostos.....                          | 903 |
| 313.1.3  | Auto de arrematação .....                                    | 903 |
| 313.1.4  | Identificação do arrematante.....                            | 903 |
| 313.1.5  | Assinatura da carta.....                                     | 903 |
| 313.2  | Registro da carta de arrematação .....                       | 904 |
| Subseção VIII – Alienação de imóvel de incapaz ..... |  | 904 |
| 314.   | Alienação de imóvel de incapaz .....                         | 904 |
| 314.1  | Prazo do adiamento .....                                     | 905 |
| 314.2  | Administração do imóvel durante o adiamento.....             | 905 |
| 314.3  | Alienação antes do término do adiamento.....                 | 905 |
| 314.4  | Alienação depois do encerramento do adiamento .....          | 906 |
| Subseção IX – Alienação de móvel.....                |  | 906 |
| 315.   | Alienação coativa em bolsa .....                             | 906 |
| 316.   | Alienação coativa em leilão.....                             | 907 |
| 316.1  | Escolha do leiloeiro.....                                    | 907 |
| 316.2  | Auto de arrematação do leilão .....                          | 907 |
| 317.   | Direitos e deveres do leiloeiro.....                         | 908 |
| 317.1  | Publicação do edital.....                                    | 908 |
| 317.2  | Realização do leilão.....                                    | 908 |
| 317.3  | Exposição dos bens.....                                      | 908 |
| 317.4  | Remuneração do leiloeiro .....                               | 908 |
| 317.5  | Depósito do preço.....                                       | 910 |
| 317.6  | Prestação de contas.....                                     | 910 |
| 318.   | Carta de arrematação de bens móveis .....                    | 910 |
| 319.   | Leilão conjunto .....  | 911 |
| Seção IV – Fase final da expropriação.....           |  | 912 |
| <b>§ 69.º Entrega do Dinheiro</b>                    |  |     |
| 320.   | Entrega do dinheiro ao credor .....                          | 912 |
| 321.   | Atribuição e distribuição do dinheiro .....                  | 912 |
| 322.   | Pressupostos da entrega do dinheiro. Quitação do credor..... | 913 |
| 323.   | Custódia do dinheiro .....                                   | 914 |
| 324.   | Distribuição do dinheiro mediante concurso especial.....     | 915 |
| 324.1  | Credores participantes do concurso especial.....             | 915 |
| 324.2  | Ordem dos credores no concurso especial.....                 | 917 |
| 324.2.1  | Preferência material .....                                   | 917 |

|               |   |     |
|---------------|---|-----|
| 324.2.2       | Preferência processual.....                                     | 922 |
| 324.3         | Natureza do concurso especial.....                              | 923 |
| 324.4         | Limites à cognição no concurso especial.....                    | 924 |
| 325.          | Procedimento da fase final do concurso especial.....            | 924 |
| 325.1         | Competência no concurso especial.....                           | 925 |
| 325.2         | Formulação das pretensões, produção de provas e julgamento..... | 926 |
| 325.3         | Distribuição parcial.....                                       | 927 |
| 325.4         | Distribuição amigável.....                                      | 927 |
| 325.5         | Natureza do ato que resolve o concurso.....                     | 927 |
| 325.6         | Quitação ao executado e extinção do processo.....               | 928 |
| <b>§ 70.º</b> | <b>Adjudicação</b>  |     |
| 326.          | Satisfação do exequente através da adjudicação.....             | 929 |
| <b>§ 71.º</b> | <b>Usufruto de Móvel ou Imóvel</b>                              |     |
| 327.          | Natureza do usufruto.....                                       | 929 |
| 328.          | Requerimento do credor.....                                     | 931 |
| 329.          | Desnecessidade da concordância do executado.....                | 931 |
| 330.          | Objeto do usufruto.....   | 932 |
| 331.          | Pressupostos da constituição do usufruto.....                   | 933 |
| 331.1         | Menor gravosidade do usufruto.....                              | 933 |
| 331.2         | Eficiência do usufruto.....                                     | 933 |
| 332.          | Efeitos da constituição do usufruto.....                        | 934 |
| 332.1         | Momento do início da eficácia.....                              | 934 |
| 332.2         | Perda do poder de fruição.....                                  | 935 |
| 332.3         | Temporiedade e natureza <i>pro solvendo</i> do usufruto.....    | 935 |
| 332.4         | Ineficácia dos atos de disposição concernentes ao domínio.....  | 936 |
| 332.5         | Nomeação de administrador.....                                  | 936 |
| 332.6         | Extensão do usufruto.....                                       | 937 |
| 332.7         | Pronunciamento judicial e recurso cabível.....                  | 937 |
| 333.          | Espécies de usufruto.....                                       | 938 |
| 334.          | Procedimento da constituição do usufruto.....                   | 938 |
| 334.1         | Fase postulatória.....  | 938 |
| 334.2         | Fase instrutória.....   | 939 |
| 334.3         | Expedição de carta de usufruto.....                             | 939 |
| 334.4         | Administrador do imóvel arrendado.....                          | 939 |
| 335.          | Nova locação do móvel ou imóvel.....                            | 940 |
| 336.          | Alienação forçada na pendência do usufruto.....                 | 940 |

## 12. EXECUÇÃO DAS PRESTAÇÕES PECUNIÁRIAS CONTRA DEVEDOR INSOLVENTE

|                              |   |     |
|------------------------------|---|-----|
| Seção I – Noções gerais..... | 942   |     |
| <b>§ 72.º</b>                | <b>Lineamentos da Insolvência Civil</b>       |     |
| 337.                         | Conceito e natureza da insolvência civil..... | 942 |
| 338.                         | Principalidade da insolvência civil.....      | 945 |

**§ 73.º Pressuposto Geral da Execução Coletiva**

|  |     |
|--|-----|
| 339. Requisito da insolvabilidade na execução coletiva ..... | 946 |
| 340. Insolvência real .....                                  | 948 |
| 341. Insolvência presumida .....                             | 949 |

**§ 74.º Particularidades da Insolvência Civil**

|   |     |
|---|-----|
| 342. Conflito entre falência e insolvência civil .....                        | 951 |
| 343. Aplicação da lei falencial ao concurso civil.....                        | 952 |
| 344. Despesas processuais e honorários de advogado na execução coletiva ..... | 952 |
| 345. Fases da insolvência civil .....   | 954 |

**Seção II – Pressupostos processuais da execução coletiva .....** 954**§ 75.º Título Executivo e Inadimplemento**

|  |     |
|--|-----|
| 346. Título e inadimplemento na execução coletiva..... | 954 |
| 346.1 Título executivo.....                            | 954 |
| 346.2 Inadimplemento.....                              | 955 |

**§ 76.º Capacidade Postulatória**

|   |     |
|---|-----|
| 347. Participação do advogado na insolvência civil..... | 956 |
|---|-----|

**§ 77.º Competência na Insolvência Civil**

|  |     |
|--|-----|
| 348. Problema de competência na insolvência civil..... | 956 |
| 348.1 Competência na insolvência voluntária .....      | 957 |
| 348.2 Competência na insolvência necessária .....      | 957 |
| 348.3 Espécie de competência .....                     | 958 |
| 349. Universalidade do juízo da insolvência.....       | 958 |

**§ 78.º Legitimidade na Insolvência Civil**

|   |     |
|---|-----|
| 350. Legitimidade ativa na insolvência civil .....            | 961 |
| 350.1 Legitimidade ativa do credor quirografário .....        | 961 |
| 350.2 Legitimidade ativa do devedor .....                     | 963 |
| 350.3 Legitimidade ativa do espólio do devedor .....          | 963 |
| 351. Legitimidade passiva na insolvência civil .....          | 964 |
| 351.1 Legitimidade passiva do devedor civil .....             | 964 |
| 351.2 Legitimidade passiva do espólio do devedor .....        | 966 |
| 352. Litisconsórcio ativo e passivo na insolvência civil..... | 966 |
| 353. Ministério Público na insolvência civil.....             | 967 |

**Seção III – Fase inicial da insolvência.....** 968**§ 79.º Insolvência Necessária****Subseção I – Formação do processo executivo .....** 968

|   |     |
|---|-----|
| 354. Requisitos da petição inicial.....   | 968 |
| 354.1 Endereçamento da inicial.....       | 968 |
| 354.2 Identificação das partes.....       | 968 |
| 354.3 Causa de pedir na insolvência ..... | 968 |
| 354.4 Pedido na insolvência civil .....   | 970 |

|  |   |     |
|--|---|-----|
| 354.5  | Proposição de provas na insolvência civil.....  | 970 |
| 354.6  | Explicitação do valor da causa.....   | 971 |
| 354.7  | Requerimento e modos de citação do executado.....   | 971 |
| 355.   | Efeitos da propositura da insolvência necessária.....                                     | 971 |
| Subseção II – Controle da petição inicial.....     |   | 971 |
| 356.   | Emendas da petição inicial.....   | 971 |
| 357.   | Indeferimento da petição inicial.....   | 972 |
| 358.   | Deferimento da petição inicial.....   | 972 |
| Subseção III – Instrução da fase inicial.....      |   | 972 |
| 359.   | Pagamento do executado.....   | 972 |
| 360.   | Revelia do executado.....   | 972 |
| 361.   | Reconhecimento do pedido.....   | 973 |
| 362.   | Elisão do pedido através de depósito.....   | 974 |
| 363.   | Embargos do executado na insolvência.....   | 975 |
| Subseção IV – Julgamento da fase final.....        |   | 976 |
| 364.   | Procedência e improcedência do pedido de execução coletiva.....                           | 976 |
| <b>§ 80.º Insolvência Voluntária</b>               |   |     |
| Subseção I – Formação do processo executivo.....   |   | 977 |
| 365.   | Requisitos da petição inicial.....  | 977 |
| 365.1  | Endereçamento da inicial.....   | 979 |
| 365.2  | Identificação das partes.....   | 979 |
| 365.3  | Causa de pedir na insolvência voluntária.....   | 979 |
| 365.4  | Pedido na insolvência voluntária.....   | 981 |
| 365.5  | Produção de provas.....   | 981 |
| 365.6  | Explicitação do valor da causa.....   | 981 |
| 365.7  | Citação dos credores.....   | 981 |
| 366.   | Efeitos da propositura da insolvência voluntária.....                                     | 982 |
| Subseção II – Controle da petição inicial.....     |   | 982 |
| 367.   | Emendas da petição inicial da insolvência voluntária.....                                 | 982 |
| 368.   | Indeferimento da inicial.....   | 982 |
| 369.   | Deferimento da inicial.....   | 982 |
| Subseção III – Julgamento da fase inicial.....     |   | 983 |
| 370.   | Procedência e improcedência do pedido de declaração de insolvência.....                   | 983 |
| 371.   | Extinção do processo sem julgamento do mérito. Desistência da insolvência voluntária..... | 983 |
| <b>§ 81.º Efeitos da Declaração de Insolvência</b> |   |     |
| 372.   | Classificação dos efeitos da insolvência.....   | 984 |
| 373.   | Termo inicial dos efeitos.....  | 985 |
| 374.   | Efeitos processuais da declaração de insolvência.....                                     | 986 |
| 374.1  | Instalação da execução coletiva.....  | 986 |
| 374.2  | Procedimento edital na insolvência.....   | 987 |



|   |   |      |
|---|---|------|
| 374.3   | Arrecadação dos bens do devedor.....                                | 988  |
| 374.4   | Perda da preferência.....   | 990  |
| 374.5   | Perda da capacidade processual.....                                 | 990  |
| 374.6   | Atração das execuções singulares.....                               | 991  |
| 374.7   | Escolha do administrador da massa.....                              | 992  |
| 374.8   | Interrupção da prescrição.....                                      | 992  |
| 375.  | Efeitos materiais da declaração de insolvência.....                 | 994  |
| 375.1   | Vencimento antecipado das dívidas.....                              | 994  |
| 375.1.1   | Deságio das obrigações vincendas.....                               | 995  |
| 375.1.2   | Suspensão da fluência dos juros.....                                | 995  |
| 375.1.3   | Estabilização do valor das dívidas em moeda estrangeira.....        | 996  |
| 375.1.4   | Suspensão da fluência da comissão de permanência.....               | 996  |
| 375.1.5   | Compensação das dívidas do insolvente.....                          | 997  |
| 375.1.6   | Correção monetária dos créditos.....                                | 997  |
| 375.2   | Perda da disponibilidade patrimonial.....                           | 998  |
| 375.2.1   | Pagamentos e confissões de dívida supervenientes à insolvência..... | 999  |
| 375.2.2   | Disciplina dos negócios bilaterais.....                             | 999  |
| 375.2.3   | Disciplina dos negócios unilaterais.....                            | 1001 |
| 375.2.4   | Extinção das obrigações.....  | 1002 |
| Seção IV – Fase instrutória da insolvência..... |   | 1002 |
| <b>§ 82.º Administração do Ativo</b>            |   |      |
| 376.  | Formação do ativo e nomeação do administrador da massa.....         | 1002 |
| 376.1   | Natureza das funções do administrador.....                          | 1002 |
| 376.2   | Escolha do administrador.....                                       | 1003 |
| 376.3   | Investidura do administrador.....                                   | 1003 |
| 376.4   | Substituição e destituição do administrador.....                    | 1004 |
| 376.5   | Representação do administrador no processo.....                     | 1005 |
| 377.  | Direitos e deveres do administrador.....                            | 1005 |
| 377.1   | Custódia da massa ativa.....  | 1005 |
| 377.2   | Arrecadação da massa ativa.....                                     | 1006 |
| 377.3   | Despesas da massa e prepostos do administrador.....                 | 1007 |
| 377.4   | Representação judicial da massa.....                                | 1007 |
| 377.5   | Alienação coativa dos bens da massa.....                            | 1008 |
| 377.6   | Remuneração do administrador.....                                   | 1008 |
| 377.7   | Responsabilidade civil do administrador.....                        | 1009 |
| 377.8   | Efeitos materiais da administração.....                             | 1009 |
| <b>§ 83.º Organização do Passivo</b>            |   |      |
| 378.  | Procedimento da habilitação de crédito.....                         | 1009 |
| 378.1   | Legitimidade ativa.....   | 1010 |
| 378.2   | Natureza da habilitação.....  | 1011 |

|                                    |   |      |
|------------------------------------|---|------|
| 378.3                              | Forma da habilitação .....  | 1011 |
| 378.4                              | Cumulação de execuções na habilitação.....                            | 1012 |
| 378.5                              | Controle da habilitação .....   | 1012 |
| 378.6                              | Ordenação das habilitações e intimações das partes.....               | 1013 |
| 379.                               | Impugnação ao crédito habilitado.....                                 | 1013 |
| 379.1                              | Natureza da impugnação .....  | 1013 |
| 379.2                              | Prazo da impugnação.....  | 1014 |
| 379.3                              | Legitimidade ativa na impugnação .....                                | 1014 |
| 379.4                              | Legitimidade passiva na impugnação .....                              | 1015 |
| 379.5                              | Causa de pedir e pedido na impugnação .....                           | 1015 |
| 379.6                              | Procedimento da ação de impugnação.....                               | 1016 |
| 379.7                              | Destino dos embargos atraídos ao juízo universal .....                | 1017 |
| 379.8                              | Efeito da impugnação na execução coletiva .....                       | 1017 |
| 380.                               | Elaboração do quadro geral de credores .....                          | 1017 |
| 381.                               | Classificação dos créditos no concurso.....                           | 1019 |
| 382.                               | Ação direta do credor retardatário .....                              | 1020 |
| 382.1                              | Natureza da ação direta.....  | 1020 |
| 382.2                              | Competência na ação direta.....                                       | 1021 |
| 382.3                              | Legitimidade ativa e passiva na ação direta .....                     | 1021 |
| 382.4                              | Prazo e efeitos da propositura. Medida cautelar de reserva.....       | 1022 |
| 382.5                              | Rito da ação direta.....  | 1022 |
| 382.6                              | Limites da cognição na ação direta .....                              | 1022 |
| 382.7                              | Posição do retardatário no concurso. Participação no rateio.....      | 1023 |
| 383.                               | Pensão alimentar do executado na pendência da execução coletiva ..... | 1023 |
| 383.1                              | Requisitos para concessão dos alimentos.....                          | 1023 |
| 383.2                              | Incidente sobre a pensão.....   | 1024 |
| 383.3                              | Execução da decisão. Extinção da verba alimentar .....                | 1024 |
| <b>§ 84.º Recuperação Amigável</b> |   |      |
| 384.                               | Natureza da recuperação do devedor civil .....                        | 1025 |
| 385.                               | Procedimento da recuperação civil .....                               | 1026 |
| 385.1                              | Forma do pedido do executado .....                                    | 1027 |
| 385.2                              | Momento hábil ao pedido .....   | 1027 |
| 385.3                              | Contraditório na recuperação .....                                    | 1027 |
| 385.4                              | Efeitos do julgamento da recuperação .....                            | 1028 |
| 385.5                              | Natureza do pronunciamento .....                                      | 1028 |
| 385.6                              | Efeitos do descumprimento .....                                       | 1028 |
| <b>§ 85.º Realização do Ativo</b>  |   |      |
| 386.                               | Avaliação na execução coletiva .....                                  | 1028 |
| 387.                               | Meios executórios expropriativos na execução coletiva .....           | 1029 |
| 388.                               | Momento da realização do ativo .....                                  | 1030 |

|   |      |
|---|------|
| Seção V – Fase final da insolvência.....                              | 1031 |
| <b>§ 86.º Pagamento aos Credores</b>                                  |      |
| 389. Momento do pagamento aos credores.....                           | 1031 |
| 390. Procedimento do rateio.....                                      | 1031 |
| <b>§ 87.º Extinção e Suspensão do Concurso</b>                        |      |
| 391. Extinção da execução coletiva.....                               | 1032 |
| 392. Suspensão da execução coletiva.....                              | 1033 |
| <b>§ 88.º Saldo Devedor</b>   |      |
| 393. Saldo devedor da execução coletiva.....                          | 1033 |
| 394. Reinício da execução coletiva.....                               | 1034 |
| <b>§ 89.º Extinção das Obrigações</b>                                 |      |
| 395. Finalidade da ação de extinção das obrigações.....               | 1035 |
| 396. Condições da ação de extinção das obrigações do insolvente.....  | 1035 |
| 396.1 Prazo extintivo das obrigações.....                             | 1036 |
| 396.2 Inexistência de bens arrecadáveis.....                          | 1036 |
| 397. Procedimento da ação extintiva das obrigações do insolvente..... | 1036 |
| 397.1 Competência da ação extintiva.....                              | 1037 |
| 397.2 Legitimidade na ação extintiva.....                             | 1037 |
| 397.3 Procedimento edital.....  | 1037 |
| 397.4 Petição inicial da ação extintiva.....                          | 1037 |
| 397.5 Limites à cognição judicial.....                                | 1037 |
| 397.6 Resposta dos réus.....  | 1038 |
| 397.7 Réplica do devedor e julgamento antecipado.....                 | 1038 |
| 397.8 Produção de provas.....   | 1038 |
| 397.9 Natureza da sentença de procedência.....                        | 1038 |
| 397.10 Julgamento da ação extintiva.....                              | 1038 |
| 398. Efeitos da procedência da ação extintiva.....                    | 1039 |

## TÍTULO IV

## PROCEDIMENTOS EXECUTIVOS ESPECIAIS

## 13. EXECUÇÃO DO CRÉDITO ALIMENTAR

|   |      |
|---|------|
| <b>§ 90.º Noções Gerais acerca da Execução do Crédito Alimentar</b> |      |
| 399. Enumeração dos meios executórios da obrigação alimentar.....   | 1041 |
| 400. Conceito e conteúdo da obrigação alimentar.....                | 1044 |
| 401. Classificação da obrigação alimentar.....                      | 1045 |
| 401.1 Alimentos naturais e civis.....                               | 1046 |
| 401.2 Alimentos legítimos, voluntários ou indenizativos.....        | 1047 |
| 401.3 Alimentos definitivos e provisionais.....                     | 1048 |
| 401.4 Alimentos futuros e pretéritos.....                           | 1049 |
| 402. Adstrição das classes de alimentos aos meios executórios.....  | 1050 |
| 403. Garantias do crédito alimentar.....                            | 1050 |

|   |      |
|---|------|
| Seção I – Execução por expropriação.....                            | 1052 |
| <b>§ 91.º Procedimento da Execução por Expropriação</b>             |      |
| 404. Execução do crédito alimentar por expropriação .....           | 1052 |
| 404.1 Escolha compulsória da expropriação .....                     | 1052 |
| 404.2 Escolha voluntária da expropriação.....                       | 1054 |
| 404.3 Levantamento do dinheiro penhorado.....                       | 1054 |
| 404.4 Encaminhamento normal da expropriação.....                    | 1056 |
| 404.5 Crédito alimentar no concurso de preferências.....            | 1056 |
| 405. Execução de alimentos indenizativos .....                      | 1057 |
| Seção II – Execução por coerção pessoal .....                       | 1060 |
| <b>§ 92.º Noções Gerais acerca da Execução por Coerção Pessoal</b>  |      |
| 406. Título executivo na execução por coerção pessoal.....          | 1060 |
| 407. Escolha entre a expropriação e a coerção pessoal.....          | 1063 |
| <b>§ 93.º Procedimento da Execução por Coerção Pessoal</b>          |      |
| 408. Requisitos da inicial .....                                    | 1068 |
| 408.1 Competência.....  | 1068 |
| 408.2 Formulação do pedido.....                                     | 1070 |
| 408.3 Controle da inicial .....                                     | 1072 |
| 409. Cumprimento e defesa sumária do executado .....                | 1073 |
| 409.1 Pagamento.....  | 1074 |
| 409.2 Defesa do executado .....                                     | 1076 |
| 409.3 Decisão do incidente.....                                     | 1080 |
| 409.3.1 Natureza do pronunciamento .....                            | 1080 |
| 409.3.2 Recurso cabível. Efeito suspensivo .....                    | 1080 |
| 409.3.3 Motivação do ato.....                                       | 1081 |
| 409.3.4 Efeitos do ato .....  | 1082 |
| 410. Prisão do devedor.....   | 1083 |
| 410.1 Prazo da prisão.....  | 1083 |
| 410.2 Regime da pena.....   | 1085 |
| 410.3 Suspensão e revogação da pena.....                            | 1087 |
| 410.4 Meios para o executado revogar a pena .....                   | 1087 |
| 410.5 Renovação da prisão .....                                     | 1089 |
| 411. Coerção pessoal e embargos do executado .....                  | 1089 |
| Seção III – Execução por desconto.....                              | 1090 |
| <b>§ 94.º Noções Gerais acerca da Execução por Desconto</b>         |      |
| 412. Execução por desconto em folha da obrigação alimentar.....     | 1090 |
| 413. Preferência do desconto sobre os demais meios executórios..... | 1092 |
| <b>§ 95.º Procedimento da Execução por Desconto</b>                 |      |
| 414. Particularidades da execução por desconto em folha .....       | 1092 |
| 414.1 Identificação da fonte pagadora .....                         | 1092 |

|       |   |      |
|-------|---|------|
| 414.2 | Efetivação da medida .....                | 1093 |
| 414.3 | Cabimento dos embargos do executado ..... | 1094 |

#### 14. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA

##### § 96.º Noções Gerais

|      |   |      |
|------|---|------|
| 415. | Objeto da execução contra a Fazenda Pública .....         | 1096 |
| 416. | Causa do procedimento especial .....                      | 1098 |
| 417. | Vantagens e desvantagens da requisição de pagamento ..... | 1099 |
| 418. | Classificação dos créditos contra a Fazenda Pública ..... | 1103 |

##### § 97.º Procedimento da Execução por Maior Quantia

|       |  |      |
|-------|--|------|
| 419.  | Necessidade da execução .....                          | 1108 |
| 420.  | Competência na execução contra a Fazenda Pública ..... | 1109 |
| 421.  | Legitimidade ativa e passiva .....                     | 1109 |
| 422.  | Título executivo .....                                 | 1112 |
| 423.  | Proibição expressa da execução provisória .....        | 1115 |
| 424.  | Cabimento dos honorários advocatícios .....            | 1115 |
| 425.  | Prazo e regime dos embargos .....                      | 1116 |
| 426.  | Tribunal competente para processar o pagamento .....   | 1118 |
| 427.  | Obrigatoriedade da expedição do precatório .....       | 1118 |
| 428.  | Procedimento da requisição de pagamento .....          | 1120 |
| 428.1 | Pagamento segundo o regime especial .....              | 1121 |
| 428.2 | Pagamento segundo o regime excepcional .....           | 1123 |
| 429.  | Preterição da preferência e o sequestro .....          | 1126 |
| 429.1 | Cabimento do sequestro .....                           | 1127 |
| 429.2 | Natureza da medida .....                               | 1128 |
| 429.3 | Legitimação ativa e passiva .....                      | 1129 |
| 429.4 | Objeto da medida .....                                 | 1129 |
| 429.5 | Procedimento do “sequestro” .....                      | 1130 |

##### § 98.º Procedimento da Execução por Menor Quantia

|      |  |      |
|------|--|------|
| 430. | Definição de dívida de pequeno valor .....                     | 1131 |
| 431. | Execução incidente e desnecessidade de nova citação .....      | 1132 |
| 432. | Legitimidade passiva .....                                     | 1132 |
| 433. | Título executivo .....   | 1132 |
| 434. | Exclusão da execução provisória .....                          | 1133 |
| 435. | Admissibilidade dos embargos .....                             | 1133 |
| 436. | Competência e forma da requisição de pagamento .....           | 1133 |
| 437. | Desobediência à requisição: “sequestro” da renda pública ..... | 1135 |

#### 15. EXECUÇÃO DO CRÉDITO HIPOTECÁRIO

##### § 99.º Origem e Admissibilidade da Execução Hipotecária Especial

|      |  |      |
|------|--|------|
| 438. | Cabimento do rito especial da execução hipotecária ..... | 1137 |
|------|--|------|

**§ 100.º Procedimento da Execução do Crédito Hipotecário**

|  |      |
|--|------|
| 439. Formação do processo executivo .....                          | 1139 |
| 439.1 Título e inadimplemento na ação executória hipotecária ..... | 1140 |
| 439.2 Petição inicial da ação executória hipotecária .....         | 1142 |
| 439.2.1 Competência da execução hipotecária .....                  | 1143 |
| 439.2.2 Pedido. Cumulação de multa e honorários .....              | 1143 |
| 439.2.3 Citação dos executados .....                               | 1143 |
| 439.2.4 Valor da causa na execução hipotecária .....               | 1144 |
| 440. Procedimento da ação executória hipotecária .....             | 1144 |
| 440.1 Penhora .....  | 1144 |
| 440.2 Depósito .....   | 1145 |
| 440.3 Avaliação .....  | 1146 |
| 440.4 Alienação coativa .....                                      | 1146 |
| 440.5 Adjudicação .....  | 1147 |

**16. EXECUÇÃO DO CRÉDITO FISCAL****§ 101.º Noções Gerais**

|   |      |
|---|------|
| 441. Realização do crédito da Fazenda Pública .....   | 1149 |
| 442. Remédios para promover a defesa judicial do devedor .....                                  | 1150 |
| 442.1 Embargos do executado .....   | 1152 |
| 442.2 Mandado de segurança .....  | 1153 |
| 442.3 Ação declaratória .....   | 1154 |
| 442.4 Ação anulatória .....   | 1155 |
| 442.5 Ação de restituição .....   | 1156 |
| 442.6 Ação consignatória .....  | 1157 |
| 443. Efeitos da demanda na esfera administrativa .....  | 1157 |
| 444. Particularidades da expropriação especial para satisfazer crédito da Fazenda Pública ..... | 1158 |
| 444.1 Desistência do processo executivo. Reflexos na ação de embargos .....                     | 1158 |
| 444.2 Intimação ao procurador da Fazenda e ao advogado do executado .....                       | 1160 |
| 444.3 Intervenção do Ministério Público .....   | 1162 |
| 444.4 Despesas processuais da Fazenda Pública .....   | 1162 |
| 444.5 Responsabilidade dos auxiliares do juízo .....  | 1162 |
| 444.6 Recolhimento da dívida ativa aos cofres públicos .....                                    | 1163 |
| 444.7 Subsidiariedade do rito ordinário da expropriação .....                                   | 1163 |

**§ 102.º Pressupostos Processuais da Execução Fiscal**

|   |      |
|---|------|
| 445. Relação processual e pretensão executória da Fazenda Pública ..... | 1163 |
| 446. Título executivo da Fazenda Pública .....                          | 1164 |
| 446.1 Formação do crédito da Fazenda Pública .....                      | 1164 |
| 446.2 Compreensão do crédito da Fazenda Pública .....                   | 1165 |
| 446.3 Inscrição do crédito fazendário e certidão da dívida ativa .....  | 1166 |
| 446.4 Substituição e correção da certidão da dívida ativa .....         | 1168 |

|   |  |      |
|---|--|------|
| 446.5   | Caracteres do título executivo .....   | 1170 |
| 447.  | Exigibilidade do crédito da Fazenda .....  | 1172 |
| 448.  | Problemas de competência na execução fiscal .....                                    | 1172 |
| 448.1   | Modificações da competência .....  | 1172 |
| 448.2   | Competência na execução movida por ente público contra outro ente público .....      | 1174 |
| 448.3   | Reunião das execuções por conveniência da penhora .....                              | 1175 |
| 448.4   | Indiferença da execução fiscal aos juízos universais. Concurso de preferências ..... | 1178 |
| 449.  | Legitimidade ativa e passiva na execução fiscal .....                                | 1182 |
| 449.1   | Legitimidade ativa na execução fiscal .....  | 1182 |
| 449.2   | Legitimidade passiva na execução fiscal .....  | 1183 |
| 449.3   | Benefício de ordem do responsável .....  | 1186 |
| Subseção I – Formação do processo executivo ..... |  | 1186 |
| <b>§ 103.º Procedimento da Execução</b>           |  |      |
| 450.  | Requisitos da petição inicial na execução movida pela Fazenda Pública .....          | 1186 |
| 450.1   | Endereçamento da petição inicial .....   | 1187 |
| 450.2   | Identificação das partes .....   | 1187 |
| 450.3   | Fatos e fundamentos do pedido .....  | 1188 |
| 450.4   | Pedido na execução fiscal .....  | 1188 |
| 450.5   | Produção de provas na execução fiscal .....  | 1188 |
| 450.6   | Valor da causa na execução fiscal .....  | 1190 |
| 450.7   | Requerimento e modos de citação do executado .....                                   | 1190 |
| 450.8   | Nomeação de bens na inicial .....  | 1192 |
| 451.  | Efeitos da propositura da execução fiscal. Prescrição .....                          | 1193 |
| Subseção II – Controle da petição inicial .....   |  | 1196 |
| 452.  | Emendas na petição inicial .....   | 1196 |
| 453.  | Indeferimento da petição inicial .....   | 1197 |
| 454.  | Deferimento da petição inicial .....   | 1197 |
| Subseção III – Responsabilidade patrimonial ..... |  | 1198 |
| 455.  | Limites da responsabilidade patrimonial perante o crédito da Fazenda Pública .....   | 1198 |
| Subseção IV – Fase inicial da expropriação .....  |  | 1200 |
| 456.  | Citação do executado e pagamento .....   | 1200 |
| 457.  | Pré-penhora na execução fiscal .....   | 1201 |
| 458.  | Nomeação de bens na execução fiscal .....  | 1202 |
| 459.  | Efetivação da garantia da execução .....   | 1205 |
| 459.1   | Depósito em dinheiro .....   | 1206 |
| 459.2   | Fiança bancária e seguro garantia .....  | 1207 |
| 459.3   | Prova do depósito, da fiança e do seguro .....                                       | 1208 |
| 460.  | Depósito da coisa penhorada na execução fiscal .....                                 | 1208 |
| 461.  | Registro da penhora na execução fiscal .....   | 1210 |
| 462.  | Modificações da penhora na execução fiscal .....                                     | 1212 |

|   |      |
|---|------|
| 463. Intimação da penhora na execução fiscal.....                     | 1214 |
| Subseção V – Fase instrutória da expropriação.....                    | 1216 |
| 464. Avaliação do bem penhorado.....                                  | 1216 |
| 464.1 Impugnação da avaliação.....                                    | 1216 |
| 464.2 Escolha do avaliador e laudo de avaliação.....                  | 1217 |
| 464.3 Apresentação do laudo e decisão do juiz.....                    | 1218 |
| 464.4 Pedido de adjudicação e valor dos bens penhorados.....          | 1218 |
| 465. Alienação antecipada na execução fiscal.....                     | 1219 |
| 466. Arrematação na execução da Fazenda Pública.....                  | 1219 |
| 466.1 Natureza e efeitos da arrematação.....                          | 1220 |
| 466.2 Modalidade da arrematação.....                                  | 1220 |
| 466.3 Requisitos do edital.....                                       | 1220 |
| 466.4 Publicidade do edital.....                                      | 1221 |
| 466.5 Intimação das partes.....                                       | 1222 |
| 466.6 Lugar do leilão.....  | 1223 |
| 466.7 Arrematação pela Fazenda Pública.....                           | 1224 |
| 466.8 Arrematação em globo.....                                       | 1224 |
| 466.9 Despesas de responsabilidade do arrematante.....                | 1224 |
| Subseção VI – Fase final da expropriação.....                         | 1225 |
| 467. Remição do bem penhorado e da execução.....                      | 1225 |
| 468. Entrega do dinheiro.....   | 1226 |
| 469. Adjudicação na execução fiscal.....                              | 1226 |
| 469.1 Objeto da adjudicação.....                                      | 1227 |
| 469.2 Pressupostos da adjudicação.....                                | 1227 |
| 469.3 Forma do requerimento da adjudicação.....                       | 1229 |
| 469.4 Legitimidade para adjudicar.....                                | 1229 |
| 469.5 Saldo da adjudicação.....                                       | 1230 |
| 469.6 Auto de adjudicação.....  | 1231 |
| 469.7 Embargos à adjudicação.....                                     | 1231 |
| 470. Usufruto forçado na execução fiscal.....                         | 1231 |
| Subseção VII – Recursos na execução fiscal.....                       | 1231 |
| 471. Recursos cabíveis nas execuções de alçada.....                   | 1231 |
| 471.1 Valor de alçada nos executivos fiscais.....                     | 1232 |
| 471.2 Embargos de declaração.....                                     | 1233 |
| 471.3 Embargos infringentes. Recorribilidade das interlocutórias..... | 1233 |
| 471.4 Reexame necessário e recurso extraordinário.....                | 1234 |
| 471.5 Revisor nas apelações.....                                      | 1235 |

## TÍTULO V

## REAÇÃO DO EXECUTADO CONTRA A EXECUÇÃO

## 17. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE

|   |      |
|---|------|
| 472. Questão de ordem: os meios de reação do executado contra a execução..... | 1237 |
|---|------|



**§ 104.º Noções Gerais**

|  |      |
|--|------|
| 473. Controle dos pressupostos processuais e da pretensão a executar ..... | 1240 |
| 474. Cabimento da exceção de pré-executividade .....                       | 1242 |
| 475. Objeto da exceção de pré-executividade .....                          | 1246 |

**§ 105.º Procedimento da Exceção de Pré-Executividade**

|   |      |
|---|------|
| 476. Legitimidade do executado e de terceiros ..... | 1250 |
| 477. Prazo da exceção de pré-executividade .....    | 1251 |
| 478. Efeitos da apresentação da exceção .....       | 1253 |
| 479. Obrigatoriedade do contraditório .....         | 1254 |

**§ 106.º Efeitos do Julgamento da Exceção**

|  |      |
|--|------|
| 480. Efeitos do acolhimento da exceção ..... | 1254 |
| 481. Efeitos da rejeição da exceção .....    | 1255 |

**18. AÇÃO DE EMBARGOS DO EXECUTADO**

|               |      |
|---------------|------|
| Seção 1 ..... | 1257 |
|---------------|------|

**§ 107.º Natureza da Ação de Embargos**

|  |      |
|--|------|
| 482. Natureza jurídica dos embargos do devedor ..... | 1257 |
| 483. Conceito dos embargos do devedor .....          | 1260 |

**§ 108.º Objeto da Cognição nos Embargos**

|  |      |
|--|------|
| 484. Limites da cognição na ação de embargos .....                                 | 1260 |
| 485. Classificação do objeto da cognição nos embargos .....                        | 1264 |
| 486. Embargos de cognição sumária contra título judicial .....                     | 1266 |
| 486.1 Falta ou nulidade de citação no processo de conhecimento .....               | 1267 |
| 486.2 Inexequibilidade do título executivo .....                                   | 1269 |
| 486.3 Solvabilidade .....  | 1270 |
| 486.4 Ilegitimidade de parte .....   | 1270 |
| 486.5 Cumulação indevida de execuções .....  | 1272 |
| 486.6 Excesso de execução .....  | 1272 |
| 486.7 Nulidades do processo executivo .....  | 1276 |
| 486.8 Exceções impeditivas, modificativas ou extintivas da obrigação .....         | 1276 |
| 486.9 Incompetência, suspeição e impedimento .....                                 | 1280 |
| 486.10 Retenção por benfeitorias .....   | 1281 |
| 486.11 Inconstitucionalidade de lei ou ato normativo .....                         | 1282 |
| 486.11.1 Vícios “transrescisórios” e a coisa julgada .....                         | 1283 |
| 486.11.2 Inconstitucionalidade originária e superveniente do título judicial ..... | 1291 |
| 486.11.2.1 Origem da regra .....   | 1291 |
| 486.11.2.2 Ineficácia do título .....  | 1291 |
| 486.11.2.3 Superveniência da inconstitucionalidade .....                           | 1292 |
| 486.11.2.4 Constitucionalidade da regra .....                                      | 1292 |
| 486.11.2.5 Vantagens e desvantagens da regra .....                                 | 1294 |
| 486.11.2.6 Aplicação às execuções definitiva e provisória .....                    | 1294 |

|   |  |      |
|---|--|------|
| 486.11.2.7  | Origem do juízo de inconstitucionalidade .....   | 1294 |
| 486.11.2.8  | Remédios admissíveis .....   | 1296 |
| 486.11.2.9  | Aplicação retroativa da regra .....  | 1296 |
| 486.11.2.10   | Efeitos do julgamento dos embargos .....   | 1297 |
| 486.12  | Penhora incorreta ou avaliação errônea.....  | 1297 |
| 487.  | Embargos de cognição sumária contra título extrajudicial.....                              | 1298 |
| 488.  | Embargos de cognição sumária contra título judicial ou extrajudicial na segunda fase ..... | 1299 |
| 489.  | Embargos de cognição plenária contra título extrajudicial.....                             | 1301 |
| Seção II – Pressupostos processuais da ação de embargos do executado..... |  | 1301 |
| § 109.º Noções Gerais   |  |      |
| 490.  | Pressupostos processuais da relação incidente .....  | 1301 |
| § 110.º Imparcialidade  |  |      |
| 491.  | Imparcialidade do órgão jurisdicional nos embargos.....                                    | 1302 |
| 492.  | Controle da imparcialidade do órgão nos embargos .....                                     | 1302 |
| § 111.º Competência nos Embargos  |  |      |
| 493.  | Regra geral de competência nos embargos.....   | 1303 |
| 494.  | Determinação da competência segundo a natureza do título .....                             | 1304 |
| 495.  | Competência dos embargos na execução por carta.....  | 1305 |
| § 112.º Prazo dos Embargos  |  |      |
| 496.  | Regras gerais do prazo para propor embargos .....  | 1308 |
| 496.1   | Prazo geral e prazos especiais .....   | 1308 |
| 496.2   | Natureza do prazo.....   | 1309 |
| 496.3   | Efeito da fluência do prazo .....  | 1309 |
| 496.4   | Suspensão do prazo.....  | 1310 |
| 496.5   | Contagem do prazo. Dobra. Termo final.....   | 1310 |
| 496.6   | Fluência durante as férias .....   | 1312 |
| 497.  | Prazo dos embargos no rito comum da expropriação.....                                      | 1312 |
| 498.  | Prazo dos embargos nos ritos especiais da expropriação.....                                | 1313 |
| 498.1   | Prazo na execução contra a Fazenda Pública.....  | 1314 |
| 498.2   | Prazo na execução contra o devedor do Sistema Financeiro da Habitação .....                | 1314 |
| 498.3   | Prazo na execução fiscal .....   | 1314 |
| 498.4   | Prazo na execução das cédulas rural, industrial e comercial .....                          | 1317 |
| 499.  | Prazo dos embargos no desapossamento .....   | 1317 |
| 500.  | Prazo dos embargos na transformação e na coação patrimonial.....                           | 1318 |
| 501.  | Prazo dos embargos no desconto em folha .....  | 1318 |
| 502.  | Prazo dos embargos contra a arrematação e a adjudicação.....                               | 1318 |
| § 113.º Legitimidade  |  |      |
| 503.  | Regra geral da legitimidade ativa e passiva nos embargos do devedor .....                  | 1319 |
| 504.  | Legitimidade ativa nos embargos do devedor .....   | 1320 |

|   |   |      |
|---|---|------|
| 504.1   | Legitimidade dos responsáveis.....  | 1320 |
| 504.2   | Legitimidade do cônjuge.....  | 1321 |
| 504.3   | Legitimidade do curador especial e do Ministério Público.....                     | 1322 |
| 504.4   | Legitimidade condicionada à segurança do juízo.....                               | 1323 |
| 505.  | Legitimidade passiva nos embargos do devedor.....                                 | 1323 |
| <b>§ 114.º Segurança do Juízo</b>                     |   |      |
| 506.  | Natureza e efeitos do requisito da segurança do juízo.....                        | 1325 |
| 507.  | Exame do pressuposto da segurança do juízo.....                                   | 1326 |
| 508.  | Controle do pressuposto da segurança do juízo. Destino dos embargos prematuros... | 1327 |
| Seção III – Procedimento dos embargos do devedor..... |   | 1328 |
| <b>§ 115.º Petição Inicial dos Embargos</b>           |   |      |
| 509.  | Requisitos da petição inicial dos embargos.....                                   | 1328 |
| 509.1   | Causa de pedir nos embargos.....  | 1329 |
| 509.2   | Pedido nos embargos.....  | 1330 |
| 509.3   | Valor da causa.....   | 1332 |
| 509.4   | Indicação das provas.....   | 1332 |
| 509.5   | Chamamento do embargado.....  | 1334 |
| 509.6   | Regime fiscal dos embargos.....   | 1334 |
| 510.  | Efeitos da propositura dos embargos do devedor.....                               | 1334 |
| 510.1   | Prevenção e embargos.....   | 1335 |
| 510.2   | Litispêndência.....   | 1335 |
| 510.3   | Litigiosidade do direito.....   | 1335 |
| 510.4   | Prescrição e mora.....  | 1335 |
| 510.5   | Suspensão do processo executivo.....  | 1335 |
| 511.  | Rito dos embargos.....  | 1337 |
| <b>§ 116.º Controle da Petição Inicial</b>            |   |      |
| 512.  | Emendas da petição inicial dos embargos.....                                      | 1338 |
| 513.  | Indeferimento liminar dos embargos.....   | 1339 |
| 513.1   | Casos de indeferimento liminar dos embargos.....                                  | 1339 |
| 513.1.1   | Embargos ineptos.....   | 1340 |
| 513.1.2   | Embargos intempestivos.....   | 1340 |
| 513.1.3   | Embargos protelatórios.....   | 1340 |
| 513.2   | Pronunciamento extintivo e efeitos do recurso.....                                | 1341 |
| 514.  | Deferimento inicial dos embargos.....   | 1342 |
| <b>§ 117.º Resposta do Embargado</b>                  |   |      |
| 515.  | Resposta do embargado no sistema da lei processual.....                           | 1343 |
| 516.  | Impugnação do embargado.....  | 1344 |
| 517.  | Exceções do embargado.....  | 1345 |
| 518.  | Reconvenção do embargado.....   | 1346 |
| <b>§ 118.º Revelia do Embargado</b>                   |   |      |

|  |      |
|--|------|
| 519. Efeitos da revelia do embargado.....                      | 1347 |
| <b>§ 119.º Declaração Incidente e Intervenção de Terceiros</b> |      |
| 520. Declaratória incidental nos embargos do devedor.....      | 1350 |
| 521. Modalidades de intervenção de terceiros nos embargos..... | 1351 |
| 521.1 Assistência.....   | 1352 |
| 521.2 Denúnciação da lide.....                                 | 1352 |
| 521.3 Nomeação à autoria.....                                  | 1353 |
| 521.4 Oposição.....  | 1353 |
| 521.5 Chamamento ao processo.....                              | 1354 |
| <b>§ 120.º Julgamento dos Embargos</b>                         |      |
| 522. Extinção dos embargos sem julgamento do mérito.....       | 1355 |
| 523. Extinção dos embargos com julgamento do mérito.....       | 1356 |
| 524. Honorários de advogado nos embargos.....                  | 1358 |
| Seção IV – Coisa julgada e efeitos dos embargos.....           | 1359 |
| <b>§ 121.º Eficácia de Coisa Julgada nos Embargos</b>          |      |
| 525. Natureza da sentença dos embargos.....                    | 1359 |
| 526. Eficácia de coisa julgada nos embargos.....               | 1360 |
| <b>§ 122.º Efeitos do Julgamento dos Embargos</b>              |      |
| 527. Efeitos no caso de procedência.....                       | 1361 |
| 527.1 Declaração de inexistência do título ou do crédito.....  | 1362 |
| 527.2 Redução da obrigação.....                                | 1362 |
| 527.3 Desfazimento dos atos executivos.....                    | 1363 |
| 527.4 Revogação da prisão do devedor.....                      | 1363 |
| 527.5 Reconhecimento da responsabilidade do credor.....        | 1363 |
| 527.6 Substituição do título.....                              | 1363 |
| 527.7 Averbação no registro da dívida ativa.....               | 1363 |
| 527.8 Extinção da execução.....                                | 1363 |
| 528. Efeitos no caso de improcedência.....                     | 1364 |
| 528.1 Desembaraço do processo executivo.....                   | 1364 |
| 528.2 Definitividade da execução na pendência da apelação..... | 1365 |
| 528.3 Condenação do embargante por dolo processual.....        | 1366 |

## 19. IMPUGNAÇÃO DO EXECUTADO

|   |      |
|---|------|
| <b>§ 123.º Natureza da Impugnação do Executado</b>    |      |
| 529. Natureza da impugnação do executado.....         | 1367 |
| 530. Conceito da impugnação do executado.....         | 1371 |
| <b>§ 124.º Fundamentos da Impugnação do Executado</b> |      |
| 531. Caráter sumário da cognição.....                 | 1372 |
| 532. Casos explícitos de impugnação.....              | 1372 |
| 532.1 Falta ou nulidade da citação.....               | 1373 |
| 532.2 Inexequibilidade do título.....                 | 1373 |

|   |   |      |
|---|---|------|
| 532.3   | Penhora incorreta ou avaliação errônea.....                             | 1373 |
| 532.4   | Ilegitimidade das partes.....   | 1374 |
| 532.5   | Excesso de execução.....  | 1374 |
| 532.6   | Exceções impeditivas, modificativas ou extintivas da obrigação.....     | 1375 |
| 532.7   | Inconstitucionalidade de lei ou ato normativo.....                      | 1375 |
| 533.  | Casos implícitos de impugnação.....                                     | 1375 |
| <b>§ 125.º Pressupostos Gerais e Específicos da Impugnação Incidental</b> |   |      |
| 534.  | Generalidades.....  | 1376 |
| 535.  | Prazo da impugnação.....  | 1376 |
| 535.1   | Precedência da avaliação.....   | 1376 |
| 535.2   | Natureza do prazo.....  | 1376 |
| 535.3   | Efeitos da fluência do prazo.....                                       | 1377 |
| 535.4   | Suspensão do prazo.....   | 1377 |
| 535.5   | Dobra do prazo.....   | 1377 |
| 535.6   | Formas da intimação.....  | 1377 |
| 535.7   | Termos inicial e final do prazo.....                                    | 1378 |
| 536.  | Competência da impugnação.....  | 1378 |
| 537.  | Legitimidade ativa e passiva na impugnação.....                         | 1379 |
| 538.  | Constrição patrimonial.....   | 1379 |
| <b>§ 126.º Procedimento da Impugnação Incidental</b>                      |   |      |
| 539.  | Requisitos da petição inicial da impugnação.....                        | 1380 |
| 540.  | Controle da inicial da impugnação.....                                  | 1381 |
| 541.  | Indeferimento liminar da impugnação.....                                | 1381 |
| 542.  | Deferimento liminar da impugnação e concessão do efeito suspensivo..... | 1382 |
| 543.  | Prosseguimento da execução mediante caução.....                         | 1384 |
| 544.  | Recurso cabível das resoluções do juiz.....                             | 1385 |
| 545.  | Demais efeitos do recebimento da impugnação.....                        | 1385 |
| 546.  | Chamamento do impugnado.....  | 1385 |
| 547.  | Atitudes do impugnado.....  | 1386 |
| 548.  | Rito e atuação autônoma da impugnação.....                              | 1387 |
| 549.  | Julgamento da impugnação e recursos próprios.....                       | 1387 |
| <b>§ 127.º Efeitos do Julgamento da Impugnação do Executado</b>           |   |      |
| 550.  | Efeitos no caso de procedência.....                                     | 1388 |
| 551.  | Efeitos no caso de improcedência.....                                   | 1389 |

## TÍTULO VI

## REAÇÃO DOS TERCEIROS CONTRA A EXECUÇÃO

## 20. AÇÃO DE EMBARGOS DE TERCEIRO

**§ 128.º Noções Gerais**

|      |   |      |
|------|---|------|
| 552. | Conceito e natureza dos embargos de terceiro..... | 1391 |
| 553. | Modalidade de intervenção de terceiros.....       | 1394 |

|   |      |
|---|------|
| § 129.º Pressupostos Gerais e Específicos dos Embargos de Terceiro                |      |
| 554. Competência nos embargos de terceiro .....                                   | 1394 |
| 555. Legitimidade nos embargos de terceiro .....                                  | 1397 |
| 555.1 Legitimidade ativa .....  | 1397 |
| 555.1.1 Noção de terceiro .....   | 1398 |
| 555.1.2 Posse do terceiro .....   | 1399 |
| 555.1.3 Embargos do compromissário .....  | 1400 |
| 555.1.4 Embargos da mulher casada .....   | 1401 |
| 555.1.5 Embargos do herdeiro .....  | 1402 |
| 555.1.6 Fungibilidade dos embargos .....  | 1403 |
| 555.2 Legitimidade passiva .....  | 1404 |
| 556. Integração da capacidade processual .....                                    | 1406 |
| 557. Prazo dos embargos de terceiro .....   | 1406 |
| 558. Objeto dos embargos de terceiro .....  | 1410 |
| 559. Valor da causa nos embargos de terceiro .....                                | 1412 |
| <b>§ 130.º Procedimento dos Embargos de Terceiro</b>                              |      |
| 560. Instauração e desenvolvimento dos embargos .....                             | 1413 |
| 560.1 Petição inicial e liminar .....   | 1413 |
| 560.1.1 Requisitos da liminar .....   | 1413 |
| 560.1.2 Caução .....  | 1414 |
| 560.2 Rejeição liminar dos embargos .....   | 1415 |
| 560.3 Citação do embargado .....  | 1415 |
| 560.4 Efeitos da propositura dos embargos .....                                   | 1416 |
| 560.5 Mérito dos embargos e limites à cognição judicial .....                     | 1416 |
| 560.5.1 Embargos do possuidor .....   | 1413 |
| 560.5.2 Embargos do titular de direito real .....                                 | 1418 |
| 560.5.3 Sumariedade da cognição .....   | 1420 |
| 560.6 Reação do embargado .....   | 1420 |
| 560.6.1 Revelia .....   | 1420 |
| 560.6.2 Meios de reação .....   | 1421 |
| 560.6.3 Limites da contestação. Ônus da prova nos embargos da mulher casada ..... | 1421 |
| 560.6.4 Indicação de provas .....   | 1423 |
| 560.7 Rito dos embargos .....   | 1423 |
| 560.8 Sucumbência nos embargos de terceiro .....                                  | 1424 |
| 561. Natureza da sentença dos embargos .....                                      | 1425 |
| <b>§ 131.º Efeitos dos Embargos de Terceiro</b>                                   |      |
| 562. Efeitos no caso de procedência .....   | 1426 |
| 563. Efeitos no caso de improcedência .....                                       | 1426 |
| BIBLIOGRAFIA .....  | 1429 |
| ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO .....   | 1517 |
| OUTRAS OBRAS DO AUTOR .....   | 1551 |